



Universidades Lusíada

Machado, Michel Filipe da Costa

Reabilitação arquitectónica na promoção turística : o caso do edifício no Largo dos Laranjais

<http://hdl.handle.net/11067/3339>

Metadados

Data de Publicação	2016
Resumo	<p>Resumo: “Reabilitação Urbana – Proposta de um Hostel como equipamento de apoio ao turismo” é o título que se produziu após o desenvolvimento do trabalho de investigação no âmbito do 2º Ciclo, Mestrado Integrado em Arquitetura, a apresentar na Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Partindo-se da necessidade de requalificar espaço construído, escolheu-se uma área familiar ao autor e construiu-se a presente proposta, após investigar o tema e encontrar...</p> <p>"Urban Rehabilitation - Proposal for a hostel as tourism support equipment" is the title that is produced after the development of the research work under the 2nd Cycle, Master in Architecture, to be presented at Faculdade de Arquitetura e Artes of Lusíada University from Vila Nova de Famalicão. Starting from the need to retrain built space, we chose a familiar area to the author and built up this proposal after investigating the issue and find examples that serve the same. The need for rehabil...</p>
Palavras Chave	Reabilitação urbana, Arquitectura e turismo
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T21:13:17Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão

**REABILITAÇÃO ARQUITECTÓNICA NA PROMOÇÃO TURÍSTICA,
O CASO DO EDIFÍCIO NO LARGO DOS LARANJAIS**

Michel Filipe da Costa Machado

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura

FAA – Faculdade de Arquitetura e Artes

Orientador: Professor Doutor Francisco Peixoto Alves

Vila Nova de Famalicão, Novembro 2016

Pensamento:

“Fisicamente, habitamos um espaço,
mas, sentimentalmente,
somos habitados por uma memória.”

José Saramago

AGRADECIMENTOS

A todos os Professores da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, que contribuíram para a minha formação, e pelos ensinamentos transmitidos ao longo do meu percurso académico.

Ao meu orientador, Professor Francisco Peixoto Alves, pela dedicação e empenho fazendo com que acreditasse neste projeto de investigação, e por se ter mostrado sempre disponível e atencioso para ajudar nesta etapa que teve alguma controvérsia, bem pelo contributo dado a este projeto de investigação, com objectivo de enriquecer o conteúdo com a sua experiência e conhecimentos, bem como ao Professor Ricardo Freitas pela ajuda em cooperação com o Orientador.

Aos meus pais pela educação, conhecimento, humildade e amor que sempre me transmitiram, acreditando nas minhas capacidades, sem nunca questionarem o meu percurso e objectivos traçados.

Aos meus amigos, pela amizade que ao longo deste percurso académico, bem como todo o esforço de trabalho e dedicação ao curso, ajudando-nos uns aos outros, e acima de tudo pelos bons momentos que passamos juntos.

A todos, o meu muito obrigado.

Michel Machado

RESUMO

“Reabilitação Urbana – Proposta de um *Hostel* como equipamento de apoio ao turismo” é o título que se produziu após o desenvolvimento do trabalho de investigação no âmbito do 2º Ciclo, Mestrado Integrado em Arquitetura, a apresentar na Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão.

Partindo-se da necessidade de requalificar espaço construído, escolheu-se uma área familiar ao autor e construiu-se a presente proposta, após investigar o tema e encontrar exemplos que sirvam ao mesmo. A necessidade de reabilitação do edificado e de integrar este numa função que o torne mais operacional no espaço em que se insere, sensibilizou o autor para o desenvolvimento do projecto, contribuindo-se assim com uma proposta de reestruturação do edificado e suas funções.

A proposta de reabilitação, surge fundamentada na literatura escolhida e, particularmente fundamentada na fundamentação legal. A análise do património e história da cidade, bem como do seu potencial turístico, acelerado pela Capital Europeia da Cultura, constituem também um pilar na defesa da presente dissertação.

A reabilitação é assim o argumento em questão nesta dissertação, secundado pela funcionalidade do imóvel, quando reabilitado. Nesta proposta, a reabilitação surge como base para uma aposta na exploração hoteleira, servindo o turismo da região.

PALAVRAS – CHAVE

Hostel, Guimarães, Reabilitação Urbana, Turismo.

ABSTRACT

"Urban Rehabilitation - Proposal for a hostel as tourism support equipment" is the title that is produced after the development of the research work under the 2nd Cycle, Master in Architecture, to be presented at *Faculdade de Arquitectura e Artes of Lusíada University from Vila Nova de Famalicão*.

Starting from the need to retrain built space, we chose a familiar area to the author and built up this proposal after investigating the issue and find examples that serve the same. The need for rehabilitation of the building and to integrate this in a function that makes it more operational space in which it operates, moved the author to develop the project, contributing to so with a proposal for restructuring of the building and its functions.

The proposed rehabilitation arises based on the chosen literature and particularly based on legal grounds. The analysis of the heritage and history of the city and its tourist potential, accelerated by the European Capital of Culture, is also a pillar in defense of this dissertation.

Urban rehab is so the argument in question in this dissertation, seconded by property functionality when rehabilitated. In this proposal, rehabilitation arises as a basis for investment in hotel operation, serving tourism in the region.

KEY - WORDS:

Hostel, Guimarães, Urban Rehabilitation, Tourism.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
ÍNDICE	VIII
LISTA de SIGLAS e ABREVIATURAS	XI
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O EDIFICADO E A MEMÓRIA URBANA	13
1.1 – Reabilitação De Edifícios – Do Curso Na História À Atualidade	13
1.2. - Preservação da memória, na requalificação dos edifícios.....	36
CAPÍTULO 2 – Guimarães: Reabilitação e Turismo.....	43
2.1 – A Cidade e a Memória	43
2.2 – Turismo em Portugal	59
2.3 – O <i>Hostel</i> e o novo Turista.....	65
2.4 – Turismo Cultural: Guimarães Capital Europeia da Cultura	71
CAPÍTULO 3 – Hostel enquanto Pólo de Dinamização Turística, CASO DE ESTUDO	89
3.1 – Localização.....	89
3.2 – Diversidade Patrimonial	91
3.3 – Análise SWOT	93
3.4 - Planeamento e Ações de Intervenção	96
3.5 – Fundamentação Da Criação	99
FONTES E BIBLIOGRAFIA	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Métodos desenvolvidos e aplicadas por Viollet-le Duc (Wilson, 1963)	14
Figura 2 - Igreja de Madeleine de Vézelay em França (Le Goff & Nora, 1995)	15
Figura 3 – Abadia de Alcobaça (Ishizaka, 2011)	17
Figura 4 – Palácio dos Duques de Bragança, Guimarães (Autor, 2013)	21
Figura 5 – Interior da Capela no Palácio dos Duques de Bragança, Guimarães (Autor, 2013).....	21
Figura 6 – Casa dos Bicos, Lisboa (Peralta 2005).....	28
Figura 7 – Igreja e pousada do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Autor, 2013).....	29
Figura 8 – Claustros do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Autor, 2013)	29
Figura 9 – Chiado, Lisboa (Marques, 2011)	32
Figura 10 – Casa do Arco, Guimarães (Autor, 2013).....	36
Figura 11 – Brasão da Casa do Arco, Guimarães (Autor, 2013)	36
Figura 12 - Centro histórico de Guimarães (Própria 2013).....	Erro! Marcador não definido.
Figura 13 – Castelo de Guimarães (Própria, 2013)	45
Figura 14 – Estátua a D. Afonso Henriques (Própria, 2013)	46
Figura 15 - Rua de D.João I – Guimarães (Própria 2013)	47
Figura 16 - Dr. António Mota-Prego (Própria, 2013).....	48
Figura 17 - Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos (Própria, 2013)	49
Figura 18 - Câmara Municipal de Guimarães (Própria, 2013)	50
Figura 19 - Santuário da Penha - Guimarães (Própria 2013)	51
Figura 20 - Paço dos Duques de Bragança - Guimarães (Própria, 2013).....	54
Figura 21 - Largo da Oliveira - Guimarães (Própria, 2013).....	56
Figura 22 – Toural - Guimarães (Própria, 2013)	58
Figura 23 – Logotipo Marca Turismo Portugal (PUBLITURIS 2014)	64
Figura 24 – Logotipo Hostelling International (GUIDESTAR 2014)	66
Figura 25 – Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 (AOPEDARAIA 2012)	73
Figura 26 – Logotipos Guimarães 2012 (Público 2012)	80
Figura 27 – Cerimónia de abertura de Guimarães 2012 (FERREIRA 2012)	82
Figura 28 – Encerramento de Guimarães 2012 (Mercado Azul 2012)	88
Figura 29 - Mapa do Concelho de Guimarães	89
Figura 30 – Localização do edifício (adaptada pelo autor).....	98
Figura 31 - edifício na Rua de Valdonas e envolvente (Própria, 2013).....	99
Figura 32 – Localização do edifício e pontos de referência (adaptada pelo autor) ...	100

Figura 33 – Vista aérea do edifício (adaptada pelo autor, a partir do google maps) .	101
Figura 34 – Aspeto do revestimento exterior (Própria, 2013)	102
Figura 35 – Planta do Piso 0 (Própria, 2013).....	103
Figura 36 - Planta do Piso 1 (Própria, 2013)	104
Figura 37 - Planta do Piso 2 (Própria, 2013)	105
Figura 38 – Vista do Interior (Própria, 2013)	106
Figura 39 – Recriação 3D (Própria, 2013).....	106

LISTA de SIGLAS e ABREVIATURAS

CAAA - Assuntos da Arte e da Arquitectura

DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

EU – União europeia

GTL - Gabinete Técnico Local

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

MEI – Ministério da Economia e Inovação

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PP - Planos de Pormenor

PRU - Programa de Reabilitação Urbana

PU - Planos de Urbanização

STCMG - Serviço de Turismo da Câmara Municipal de Guimarães

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é desenvolvido no sentido de preservar o passado dos edifícios, os seus materiais e as memórias que ficaram no local.

Estas obras arquitetónicas que ainda hoje preservamos, são um reflexo vivo da nossa história e marcam o presente.

Eliminar esses traços não faz sentido visto que assim estaríamos a retirar um elemento forte da atual conjuntura da cidade histórica.

Objetivos

Os objetivos que se pretendem alcançar com este trabalho são remodelar, reabilitar e recuperar, um edifício inserido numa zona de importância histórica relevante e património da humanidade. Desta forma mantém-se viva uma estrutura e reforça-se uma memória importante. Ao mesmo tempo, através da criação de um *hostel* cria-se um pólo de apoio a toda a diversidade patrimonial da cidade em que se insere, potenciando o turismo e obtendo-se uma rentabilidade para o edifício após a intervenção.

Motivação

A necessidade de realizar este trabalho, surge de uma visita ao local e, posteriormente, de uma análise do impacto da exploração comercial do edificado, num contexto turístico. O tempo diminui a memória e cabe ao ser humano recuperar essa mesma memória, preservar o património e assim manter vivo o conhecimento de forma a poder transmitir extra às gerações vindouras.

Metodologia

A metodologia utilizada, assentará essencialmente na pesquisa bibliográfica, sem descurar a auscultação de representantes locais e culturais analisando o diálogo com intervenientes.

Estrutura

A estrutura do presente trabalho resume-se, em termos estruturais, aos seguintes capítulos e assuntos:

Capítulo 1 – neste capítulo aborda-se a reabilitação urbana e a requalificação dos edifícios, focando-se o exemplo de Guimarães ao longo do texto. Finaliza-se abordando a importância da reabilitação e os materiais.

Capítulo 2 – este capítulo aborda a cidade de Guimarães e sua história, dando importância à sua localização e à diversidade patrimonial da cidade, no sentido de inserir a fundamentação da criação do projeto no contexto da envolvente. Numa segunda parte, explora-se o turismo e suas potencialidades, o exemplo dos *hostels*, bem como a importância de Guimarães Capital Europeia da Cultura.

Capítulo 3 – neste capítulo caracteriza-se a cidade de Guimarães e expõe-se a proposta.

CAPÍTULO 1 – O EDIFICADO E A MEMÓRIA URBANA

A reabilitação arquitectónica é um ponto importante para a preservação da memória urbana e manutenção do espaço.

Começaremos por demonstrar todo o percurso da reabilitação, até à actualidade e, posteriormente, focamos a nossa atenção para a reabilitação na cidade de Guimarães.

Numa primeira fase incidimos o estudo no percurso histórico da reabilitação, as suas diferentes abordagens, e como esta passou de mera manutenção do edifício histórico, à recuperação de todo um espaço urbano envolvente.

Na segunda fase, abordamos o processo recente da reabilitação, e o papel que este tem vindo a assumir, fomentando a abordagem com directivas internacionais e nacionais.

1.1 – Reabilitação de Edifícios – do Curso na História à Atualidade

O conceito de património tem despertado no cidadão cada vez maior interesse, porque na realidade é através desse património que se identifica a origem, a época, a nação.

A identidade de uma nação é garantida pela convergência entre património e cultura. Tome-se como exemplo, Portugal – o país nasceu num território que, pela sua posição geográfica, foi ponto de convergência de importantes valores culturais e soube criar ao longo da epopeia da sua História, uma cultura que também chegou, através dos oceanos, a paragens distantes. Embora um pequeno país é, porém, repositório de um vasto património – material ou não – que, de forma ímpar, marca o país que foi construído por todos os que nos antecederam na luta pela independência da nação (PINHEIRO 2000, 25). Ao mesmo tempo, esse património estabelece pontes com outros povos e culturas, que foram alvo da diáspora lusitana. Esse património é, muitas vezes imaterial, como a língua portuguesa, ou os casos recentes do fado e do cante alentejano, elevados à categoria de Património Oral e Imaterial da

Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

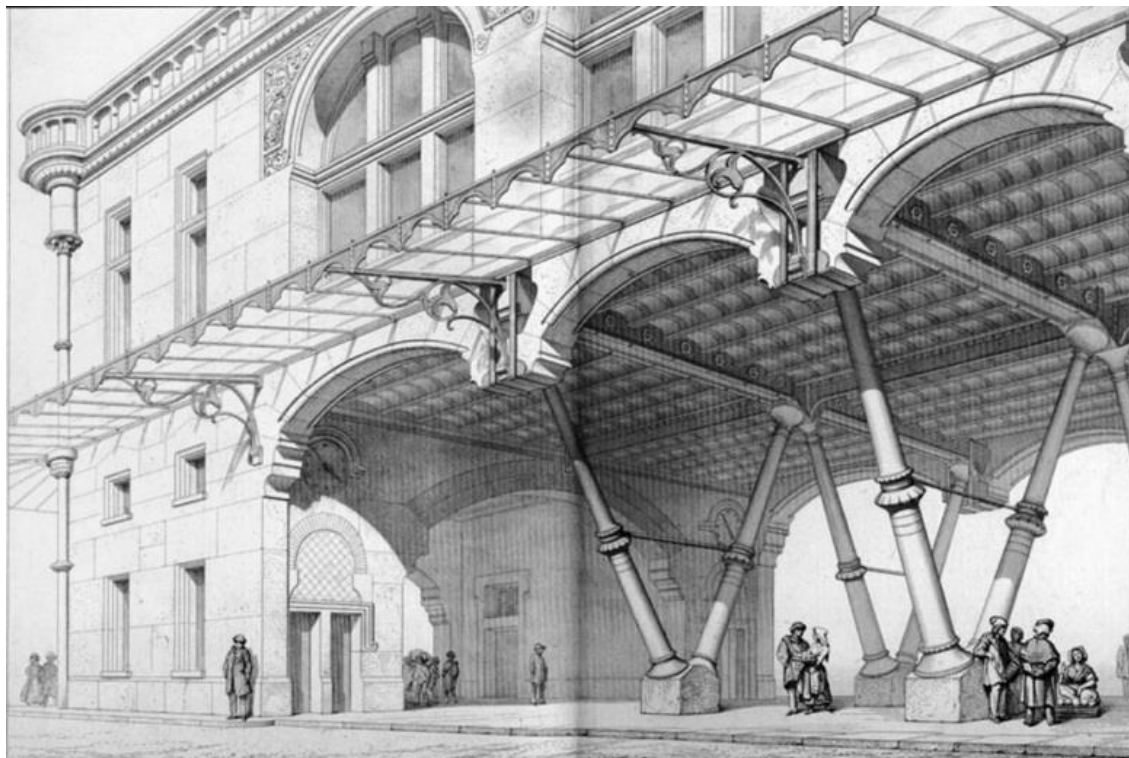


Figura 1 - Métodos desenvolvidos e aplicadas por Viollet-le Duc (Wilson, 1963)

No entanto, a maior parte das vezes, o património mais perceptível é sem dúvida o material, por conter carácter histórico.

O património edificado, é naturalmente aquele que mais nos sensibiliza dado representar, na geografia do território nacional, marcos importantes da nossa história, que pontuam o acentuar da passagem dos séculos, relembrando a memória dum povo.

Património que é constituído pelo conjunto dos exemplos das arquiteturas que o homem foi modelando, em cada momento, perante os seus conhecimentos, a sua tecnologia, a sua cultura (PINHEIRO 2000, 26). O património arquitetónico é o testemunho físico da atividade económica, resultante dos costumes, das relações sociais, das mentalidades, das crenças, das ideologias, das tensões e até das próprias lutas geradas por esta mesma complexidade de relações.

É na arquitetura que se encontra a forma de sentir e perceber como se processa a evolução da vida de um povo, uma vez que ela traduz sempre o pulsar de um lugar, de uma região, de uma nação, através dos tempos. Como explica Françoise Choay, citado por José Aguiar, o conceito de “Património Urbano” surge quatro séculos depois do conceito de “património histórico” e é um contributo específico da cultura europeia. Este conceito ocorre em contracorrente às transformações da revolução industrial, no confronto com o inevitável processo de urbanização moderna. Ao surgir o “urbanismo” como disciplina surge também, por contraste e diferença, um novo olhar sobre a arquitetura da cidade pré-industrial. Hoje acrescenta-se à arquitetura (toda ela) e à cidade-património, a paisagem dos territórios humanizados e o património intangível (dos saberes), no conceito abrangente de património cultural (AGUIAR 2007, 3).



Figura 2 - Igreja de Madeleine de Vézelay em França (Le Goff & Nora, 1995)

Um dos primeiros grandes defensores da recuperação do património foi o arquiteto Viollet-le-Duc (1814-1879), que no século XIX recuperou a igreja de Madeleine de Vézelay em França (ver Figura 2). Com o seu trabalho, Viollet-le-Duc procurou devolver aos edifícios a sua estética original, recriando-a, se necessário.

A esta forma de repensar o antigo, junta-se uma corrente nacionalista que percorre a Europa e que, em Portugal, como noutros países europeus, encontra defensores entre historiadores pensadores e escritores como

Alexandre Herculano ou Almeida Garrett. Desta forma o século XIX é também o século das apaixonadas polémicas em torno das metodologias de restauro e da salvaguarda do património. A visão romântica deste século introduz, por vezes, atitudes excessivamente puristas e redutoras na prática do restauro. À luz dessa visão, os edifícios considerados como monumentos históricos eram desnudados de acrescentos mais recentes até se encontrar uma pretensa "traça primitiva", fazendo-os recuar até um hipotético momento áureo da sua história. Tomados como "peças de museu" e como tal objetos para admirar em pedestal condigno, destruía-se a envolvente dos edifícios monumentais, separando-os do tecido a que pertenciam (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 6).

O século XIX poderá ser considerado, nos seus primórdios, uma incursão ao traçado histórico edificado, dando apenas relevo ao edifício histórico, deixando de parte toda a sua envolvente.

É assim que surge o grande impulso para o reconhecimento da necessidade de preservação da arquitetura do passado numa perspectiva estrita de ideologia patrimonial. Amplia-se notavelmente o conceito de património, passando a incorporar nessa noção a herança deixada pela Idade Média e alguns monumentos mais "modernos" ao mesmo tempo que surge uma atitude sistemática de classificação e discriminação; o que é considerado monumento histórico é submetido a um cuidado especial, o outro património, eventualmente mais corrente, é reutilizado de forma muito despreocupada como sucede a grande número de edifícios das ordens conventuais e religiosas que foram rapidamente alterados, por toda a Europa, depois da Revolução Francesa e com uma sociedade cada vez mais laica, esses edifícios foram rapidamente incorporados no património do Estado e alterados para a sua reutilização como escolas, universidades, hospitais ou quartéis (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 6).

É nesta época que se rompe com a herança deixada pela Idade Média, requalificando todo um património de edifícios ligados à Igreja, por toda a Europa, que após a Revolução Francesa, reproduz uma mudança de mentalidades, refletindo-se na reutilização desse mesmo património.

Já antes do séc. XIX se tinham notado algumas tentativas de preservação da memória, no caso português, sendo que os primeiros textos legislativos conhecidos sobre a proteção dos nossos monumentos nacionais, devem-se ao rei D. João V. Com efeito, por alvará de 20 de Agosto de 1721, este monarca determinou que "daqui em diante, nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre antiguidade ainda que em parte esteja arruinado" (JORGE 2000, 5).

É apenas na segunda metade do século XIX que, por ordem do rei D. Fernando II, se processa o restauro da Sé de Lisboa, da Sé de Coimbra, da Abadia de Alcobaça (ver Figura 3), do Mosteiro da Batalha, do Convento de Tomar, do Convento de Mafra e da Torre de Belém.



Figura 3 – Abadia de Alcobaça (Ishizaka, 2011)

Resultado desta atitude, surgem os primeiros grandes estaleiros de restauro, dirigidos por nomes como Rambois e Cinatti (Mosteiro dos Jerónimos), Mouzinho de Albuquerque (Mosteiro da Batalha), Joaquim Possidónio da Silva (Mosteiro dos Jerónimos), Rosendo Carvalheira (Sé da Guarda), Augusto Filipe Simões (Templo de Diana, Évora), Augusto Fuschini (Sé de Lisboa), António

Augusto Gonçalves (Sé de Coimbra) ou Ernesto Korrodi (Castelo de Leiria) (PEREIRA 1997, 99). Os trabalhos prolongam-se até às primeiras décadas do século XX, sendo continuados por outros que surgem no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

É assim, que a partir dos finais do séc. XIX se começa a encontrar legislação no sentido de classificar o património, sendo que em 1880, numa Portaria de 10 de Dezembro, se dá início efetivo, à inventariação dos monumentos portugueses, base de todo o trabalho para os critérios de classificação dos imóveis que deveriam ser considerados monumentos nacionais, definidos em 1901 (Decreto de 30 de Dezembro) e com uma primeira lista publicada em 1907 (Decreto de 10 de Janeiro) (JORGE 2000, 9).

A implantação da República e o período subsequente não permitem a melhor definição da legislação, mas com a entrada em cena do regime ditatorial e a sua política nacionalista, verifica-se a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1929, e as promulgações do Decreto-Lei nº 20985, de 7 de Março de 1932 (património artístico e arqueológico), da Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949 (atribuições dos concelhos em matéria de património cultural) (JORGE 2000, 6). É assim que no âmbito do Estado Novo se inicia de uma forma competente e sistemática, um conjunto de restauros no âmbito do serviço das obras públicas. Mas este movimento de recuperação e salvaguarda do património, não surge isolado, pois nos anos 20 surgem os CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em que se discute a cidade, sendo que da IV reunião subordinada ao tema "A cidade funcional", realizada em 1933, haveria de resultar a Carta de Atenas, um documento de princípios dividido em cinco capítulos principais: habitação, lazeres, trabalho, circulação e património histórico das cidades. Nele são expostas, por um lado, as "condições lamentáveis" a que chegaram as cidades e, por outro, são enumeradas medidas gerais, propostas como retificação dessas condições. Conhecida pelo local onde foi redigida, e se realizou o congresso, a Carta de Atenas estabelece os seguintes pontos (IGESPAR 2012):

- Doutrinas. Princípios Gerais;
- Administração e Legislação dos Monumentos Históricos;
- A valorização dos monumentos;

- Os materiais do restauro;
- As degradações dos monumentos;
- A técnica de conservação;
- A conservação dos monumentos e a colaboração internacional.

A interpretação destes pontos permite tirar diversas conclusões sobre a posição do CIAM e o caminho a percorrer na salvaguarda e recuperação do património histórico:

- **Valorização dos monumentos:** é recomendado o respeito ao carácter e à fisionomia das cidades, sobretudo nas vizinhanças dos monumentos antigos, no que se refere à construção de novos edifícios;

- **Materiais de restauração:** é aprovado o uso de recursos técnicos e materiais modernos, especialmente o betão armado, para os casos de consolidação estrutural;

- **Deterioração dos monumentos:** constata-se a agressividade dos agentes atmosféricos, manifesta-se a dificuldade de se formular regras gerais e recomenda-se a troca de informações e publicação de trabalhos realizados nessas áreas;

- **Técnica da conservação:** antes de se proceder ao restauro, sugere-se analisar escrupulosamente a existência de patologias; para as ruínas destaca-se a tendência à recolocação dos elementos originais encontrados, sempre que possível e, ao mesmo tempo, recomenda-se a diferenciação dos novos materiais de complemento;

- **Colaboração internacional:** estima-se a importância de ações educativas de sensibilização e divulgação do interesse de preservação dos testemunhos de toda a civilização; afirma-se a necessidade de constituição de inventários, devidamente documentados, a serem realizados por instituições competentes; considera-se desejável que instituições qualificadas colaborem entre si e manifestem publicamente o interesse em favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história; indica-se para esse fim, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações e o Escritório Internacional de Museus.

É neste contexto que a DGEMN alargava o âmbito das intervenções no património arquitectónico, que já não se circunscrevia apenas aos grandes monumentos, mas também a outras obras de menor porte. No entanto, tendo em conta a estética do Estado Novo, era dada clara preferência aos monumentos medievais – igrejas românicas e góticas, castelos – no fundo, aqueles que melhor se identificavam com a ideia de pátria e a longevidade desta.

Integrando-se numa campanha de legitimação nacionalista de uma ideologia, e de uma linguagem arquitectónica "de regime", durante o Estado Novo estas ações compunham muitas das diversas iniciativas de restauro em monumentos nacionais e edifícios de grande valor histórico. A maioria dessas intervenções desenvolvia-se de forma descontextualizada, procedendo a depurações estilísticas. Assim e quase invariavelmente exaltava-se a manutenção da forma e imagem do edifício "tal qual era", segundo uma imaginosa "traça original", que por vezes implicava apagar ou mesmo demolir contribuições arquitectónicas de outras épocas, consideradas como insuficientemente antigas ou impuras (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, *Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998*, 34).

Podemos constatar que, com o Estado Novo, a estética arquitectónica foi alterada teoricamente de acordo com o regime, mas, na prática, o restauro era mantido preferencialmente aos monumentos medievais, tais como, igrejas românicas e góticas.

Os trabalhos da DGEMN destinavam-se portanto ao restauro integral dos edifícios procurando restituí-los à sua «traça primitiva», matéria que gerou muitos equívocos (tais como a invenção literal de partes de monumentos - ábsides, sineiras - senão de monumentos inteiros), mas também notáveis trabalhos de engenharia e arquitetura, muitos dos quais documentados em *Boletins* regularmente publicados e num precioso arquivo, disciplinadamente mantido (PEREIRA 1997, 100).

Depois da intervenção, cada monumento oferecia uma imagem estável, praticamente ausente de polémica e, muitas vezes, perpetuando uma "imagem", que não necessariamente a real.

Um exemplo das intervenções da DGEMN é o Paço Ducal de Guimarães (ver Figura 4). Este conjunto palaciano de planta quadrangular, com torres de

remate nos ângulos, foi iniciado no século XV mas nunca terminado. O seu uso como quartel, no início do séc. XX, contribuiu ainda mais para a degradação, a que se seguiu uma recuperação por volta de 1940 (PONTE 2011, 14), a cargo de Rogério dos Santos Azevedo (1898-1983). Da obra original, nunca terminada, subsistiam dois alçados integrais com coberturas e uma divisão interna devassada. Apesar de tudo, era conhecida a planta original e o lugar de implantação da capela, situada no primeiro andar, à qual se acedia por uma galeria (ver Figura 5). O projeto de restauro da DGEMN teve por base uma atenta observação comparativa de paços senhoriais franceses, sendo a recriação arquitetónica de todo o edifício, como ele «deveria de ser», sem porém nunca o ter chegado a ser. Ao mesmo tempo, redesejavam-se travejamentos de tetos, reorganizou-se o espaço interno, tornando-o apto para funções de representação de Estado. Do pátio central - de ressonâncias claustrais -, passando pelos telhados de quatro águas, pelos vitrais e pelas chaminés de cano, tudo foi reconstruído e homogeneizado (PEREIRA 1997, 100). O resultado final é um paço senhorial de matriz francesa, de características únicas e assente mais num revisionismo da Idade Média e Renascença, do que numa interpretação fiel da época.



Figura 4 – Palácio dos Duques de Bragança, Guimarães (Autor, 2013)

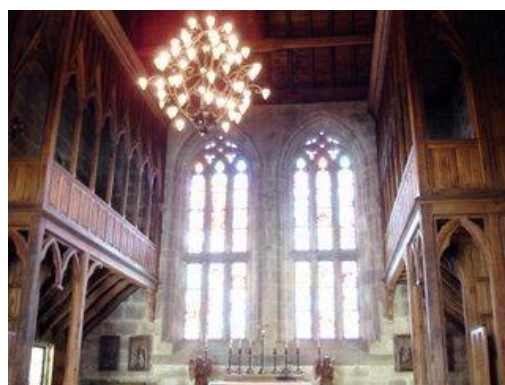


Figura 5 – Interior da Capela no Palácio dos Duques de Bragança, Guimarães (Autor, 2013)

Este tipo de abordagem permaneceu até aos anos 60 do século passado. Ao mesmo tempo e não menos importante na garantia de integridade da memória nacional, foram outros preceitos legais, e intervenções, entretanto implementados complementares de intervenção urbanística, como os regulamentos gerais de edificações urbanas e de zonas de proteção, os

planos diretores municipais e os planos regionais de ordenamento integrado do território e do ambiente, etc., complementados com o arrolamento metodológico dos bens culturais. Alguns destes regulamentos foram já produzidos após 1974.

Mudanças foram sentidas também na Europa. A reconstrução de uma Europa arrasada pela guerra urgia novas medidas e abordagens. A guerra deixou arrasadas muitas cidades e conseqüentemente grande parte das construções existentes, algumas completamente arruinadas e outras com marcas de destruição profundas, provocadas pelos incêndios e pelos efeitos bélicos. O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe necessidades de reconstrução urbana, em grandes extensões, pelo que muitas vezes esta reconstrução foi baseada na substituição do velho pelo novo - aplicando conceitos que sempre preferiam, para as intervenções no interior da cidade, a demolição e conseqüente reconstrução, à prática mais delicada da recuperação do existente traduziu-se numa rápida construção de uma enorme quantidade de novas edificações, geralmente com níveis bastante baixos de qualidade construtiva e ambiental (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, *Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais* 1998, 8).

Perante a desastrosa destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação com intervenção mínima dos princípios da Carta de Atenas (LUSO 2004, 40). É então que surge a corrente do "Restauo Crítico", protagonizada por Cesari Brandi (1906-1988), autor do livro *"Teoria do Restauo"*, em que se preocupa com o problema e trabalha no sentido de ampliar o conceito, de modo a se adaptar às novas exigências, defendendo que os valores artísticos prevalecem sobre os históricos. O autor, citado por Eduarda Luso, refere que "o restauo deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo" (LUSO 2004, 40).

Muitas obras arquitetónicas se perderam neste século (XX), conseqüência da II Guerra Mundial. Era urgente a recuperação de cidades, por essa razão, o restauo de edifícios de valor histórico foi deixado para segundo

plano. Foi com Cesari Brandi, que este desinteresse "justificável", foi rompido, de forma a recuperar a história cultural de uma nação.

Muitos edifícios tinham sido seriamente danificados em bombardeamentos e Brandi considerava necessário analisar se as partes desaparecidas teriam valor de obra de arte ou não; caso não fossem dotadas desse valor poderia ser realizada a sua reconstrução mas se "os elementos desaparecidos forem obras de arte, dever-se-ia excluir a possibilidade de as mesmas serem reconstruídas como cópias. Como se percebe, está-se perante uma atitude totalmente contrária ao usado por Rogério dos Santos Azevedo na sua reconstrução do paço dos Duques em Guimarães.

Ainda no pós-guerra e com a criação das Nações Unidas, surge a UNESCO, com sede em Paris e com o objetivo de promover a educação, a ciência e a cultura. No âmbito desta organização é definido o conceito de património arquitetónico e estabelecem-se Convenções e Recomendações para a sua salvaguarda, por exemplo a Convenção de Haia ou Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, realizada em 1954. É neste espírito que em 1957, surge o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, onde é proposta a criação de organismos nos diversos países de modo a assegurar proteção dos monumentos e se defende a criação de uma assembleia internacional de técnicos especializados na conservação de monumentos históricos. Mais tarde, em Veneza, no II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos é elaborada a denominada Carta de Veneza, em 1964. Este documento vem ampliar a noção de património arquitetónico e assinalar a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas, quer urbanas, quer rurais. Os pontos mais importantes que refere são os seguintes (LUSO 2004, 42):

- Ampliação do conceito de monumento, que além de criações arquitetónicas isoladas históricas, devem ser também os conjuntos urbanos e rurais com significado especial e obras modestas com valor cultural. O conceito de monumento histórico deve envolver também o espaço envolvente e o local onde este se encontra implantado;

- Necessidade do restauro, quando for necessário, respeitar os materiais utilizados e todas as partes de diferentes épocas, que não devem ser adulteradas ou destruídas;
- Existência de um estudo acompanhado de investigação arqueológica e histórica do monumento, utilizando meios interdisciplinares avançados: levantamentos arqueológicos, sondagens estratigráficas, técnicas estáticas, procedimentos magnéticos, técnicas informáticas, fotogrametria e outros, que precedam os trabalhos de restauro;
- As intervenções de restauro devem abranger trabalhos que, em qualquer momento, o objeto sobre o qual se atuou se possa despojar da atuação e voltar ao momento anterior à sua realização, ou seja defende a necessidade de reversibilidade nas intervenções estruturais e construtivas;
- Necessidade de uma manutenção periódica dos edifícios e uma atribuição funcional socialmente útil.

Neste documento verifica-se um significativo alargamento do conceito de "conservação" e uma ampliação da noção do que é e do que se classifica como património arquitetónico; reafirmando a importância da criação arquitetónica no projeto de conservação e restauro, reconhece-se ainda a importância de garantir a conservação de áreas e estruturas edificadas mais extensas, nomeadamente os sítios urbanos ou rurais (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 11).

Foi graças ao surgimento dos Congressos de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que novas directrizes foram criadas para melhorar os projectos de conservação e preservação histórica do edificado, bem como ao alargamento do que é considerado valor histórico.

Um dos resultados da Carta de Veneza é a criação do Concelho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), uma ONG Internacional que reúne profissionais dedicados à conservação do património arquitetónico, urbano e paisagístico. Esta ONG proporciona espaços de discussão e diálogo cultural e técnico-científico, de colaboração e de trocas multi-culturais, para difundir boas práticas de conservação, baseadas no aperfeiçoamento

científico, no desenvolvimento doutrinário e constante revisão crítica dos princípios teóricos, das políticas e das metodologias e técnicas de intervenção. Encoraja a adoção e a aplicação de convenções internacionais nestes domínios, participa em programas de formação especializada, e organiza fóruns científicos dedicados às diversas escalas e âmbitos de atuação, para rever e produzir doutrina. Aconselha a UNESCO e colabora com as entidades governamentais nacionais quanto à inclusão e gestão da conservação dos bens inscritos na Lista do Património Mundial (AGUIAR 2007, 15).

Posteriormente a chamada conservação integrada é acrescentada na Carta de Amesterdão, ou Carta Europeia do Património Arquitectónico, adotada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975. Isto resulta da necessidade que provém do trabalho dos técnicos de restauro, que em conjunto procuram encontrar a função apropriada a cada caso, com o apoio dos meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. A noção de património arquitectónico passa assim a abranger não apenas os monumentos, mas também cidades antigas e aldeias tradicionais (LUSO 2004, 42), algo que já se poderia encontrar em 1962 quando a UNESCO adota a "*Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites*". Esta refere a salvaguarda da beleza e carácter das paisagens e locais, transforma o objetivo de reabilitar espaços históricos, para algo muito mais vasto em que o ambiente natural passa a ser valorizado.

A UNESCO desta forma alerta para o desenvolvimento não planeado, que acarreta perigos para as paisagens e locais, que são afetados de diversas formas, tais como má qualidade do desenho dos edifícios, nomeadamente no que diz respeito à sua integração na envolvente; construção de estradas e outras infraestruturas públicas; placares publicitários e reclames luminosos; desflorestação e corte de árvores isoladas; poluição do ar e da água e depósitos de resíduos industriais, comerciais e domésticos; localização prejudicial das atividades económicas. Estabelece-se assim a necessidade de medidas preventivas e corretivas que salvaguardem os locais de interesse público e não, apenas os monumentos (PINHO 2009, 54).

Muito se fala de conservação do património, mas o que se verifica é a construção de infraestruturas sem antes procederem a uma correta análise patrimonial do local. A UNESCO alerta para o facto de estarem a olhar apenas

para o restauro de edifícios, e não para o global, e o impacto que esse desenvolvimento tem para a identidade de uma cidade e para a salubridade da mesma.

Nas décadas de 60 e 70, nota-se assim que, o conceito de reabilitação está indissociavelmente ligado à problemática da cidade histórica. O alargamento do conceito de património trouxe novos problemas à conservação, tanto de natureza funcional como social. Torna-se necessário um novo tipo de intervenção, que permitisse a estes edifícios manter a sua função em condições dignas e adequadas aos requisitos diários, preservando ao mesmo tempo os elementos de interesse cultural – a este novo tipo de intervenção chamou-se reabilitação. A reabilitação surge assim no âmbito de uma política de conservação integrada do património arquitectónico, como resposta à degradação física dos tecidos antigos (PINHO 2009, 80). A reabilitação urbana desponta tal como hoje a entendemos, isto é: como recuperação e beneficiação geral de áreas urbanas degradadas (históricas ou não) nos seus vários aspetos - do físico e morfológico, à revitalização sócio-económica e funcional - constitui uma política de intervenção na cidade relativamente inovadora e com um passado ainda muito recente (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 10).

A reabilitação aparece-nos como resposta à crescente desertificação dos centros históricos e à sua conseqüente degradação.

A necessidade de articular intimamente a reabilitação do quadro físico das áreas históricas com uma alargada intervenção de apoio social, promovendo a recuperação sócio-económica dessas áreas e induzindo a possibilidade de um novo desenvolvimento, constitui uma premissa fundamental de um novo tipo de planos de reabilitação urbana, lançados na transição da década de 70 e dos quais foi pioneiro o plano lançado sobre a cidade italiana de Bolonha (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 16).

De forma progressiva, a reabilitação urbana afirmou-se como uma nova política de requalificação da cidade existente segundo a qual se desenvolve um conjunto de ações coerentes e orquestradas, com um desenvolvimento programado, destinadas a potenciar os valores socio-económicos, ambientais

e funcionais de determinadas áreas urbanas, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes, mediante a aplicação de um conjunto de medidas sócio-económicas e de outras destinadas a melhorar as condições do parque edificado, elevando os seus níveis de conforto e habitabilidade, dotando essa área de equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços livres de uso público necessários. Este vasto programa reúne-se no conceito, hoje pacífico e globalmente defendido, de "reabilitação integrada" (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 17).

A reabilitação integrada é resposta ao combate do abandono dos centros urbanos, e conseqüente declínio económico, bem como, ao construir cada vez mais nas periferias, é destruído o património ambiental. Para combater estes factores, é proposto um novo conceito de requalificação, chamando assim novamente os residentes e turistas, melhorando assim a imagem da cidade, a salubridade e a economia local.

Em Portugal, ainda no Estado Novo, e como consequência, embora não direta, dos Congressos CIAM, é lançado o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa que marca o início dos anos 60 e o fim de um certo tipo de revisionismo histórico e de uma conceção cristalizada do "antigo". Até aí podia observar-se um progressivo consenso sobre a importância cultural e a necessidade sócio-económica de reabilitar um património urbano de extraordinário valor, sob todos os pontos de vista, mas degradado por décadas de descuro. Existindo desde há longos anos uma prática de restauro, ela concentrava-se, como visto antes, apenas sobre alguns - muito poucos - monumentos de indesmentível carácter histórico. Raramente esses cuidados se estenderam a um legado arquitetónico mais amplo, ou seja o património urbano (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 34).

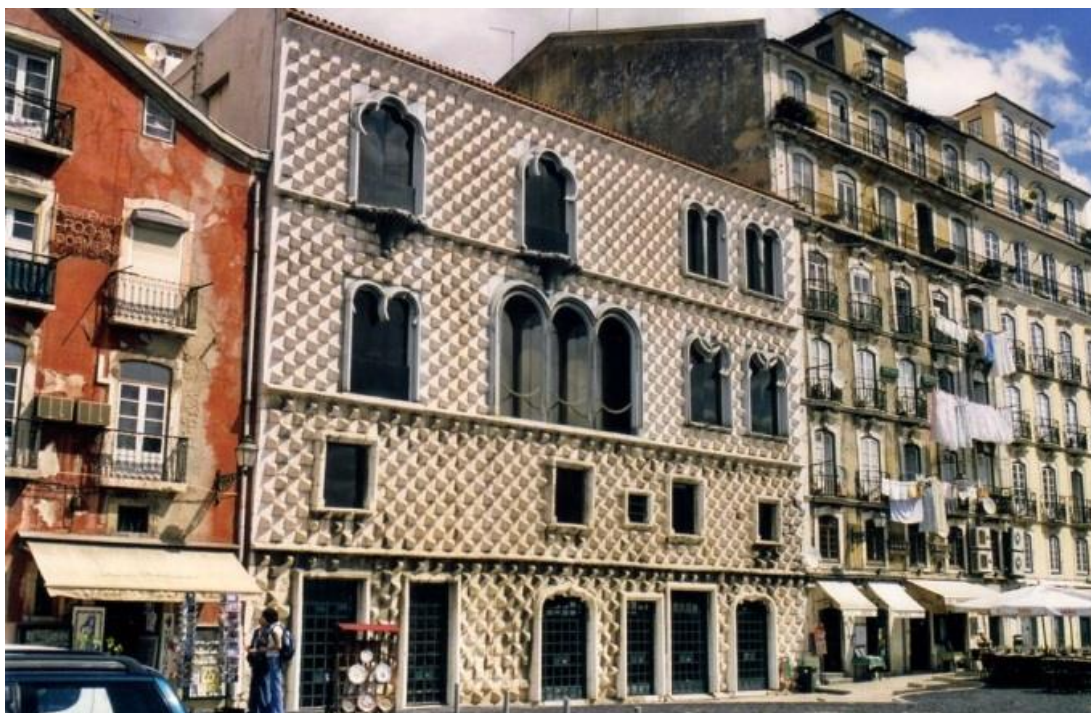


Figura 6 – Casa dos Bicos, Lisboa (Peralta 2005)

Este processo de mudança de ideias e atitudes é acelerado pelo 25 de Abril de 1974 e a consequente democratização do país. O ambiente das aldeias e dos centros históricos das vilas mudou drasticamente, bem como a forma de legislar e governar. Diversos Decretos regulamentam o património construído e natural: Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho (definição e constituição de reservas naturais, parciais e de recreio, paisagens protegidas, objetos, conjuntos, sítios, lugares classificados e parques naturais), Decretos-Lei nº 4/78, de 11 de Janeiro, e nº 37/78, de 17 de Abril (parques naturais, reservas e património paisagístico), Decreto Regulamentar nº 34/80, de 2 de Agosto (lei orgânica do Instituto Português do Património Cultural), Decreto-Lei nº 451/82, de 16 de Novembro (reserva agrícola nacional) e do Decreto-Lei nº 321/83, de 5 de Julho (reserva ecológica nacional) (JORGE 2000, 9).

As participações em organismos internacionais não só contribuíram para muita desta regulamentação como influenciaram outra. Importante, também é a criação, em 1980, do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), mais tarde convertido em Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), organismo que tutela a aplicação das leis relativas à proteção e salvaguarda do património arquitectónico em geral, emitindo

pareceres vinculares, classificando e criando áreas de proteção e aplicando a legislação em vigor. Coube-lhe, também, a gestão dos mais importantes monumentos nacionais, bem como vastas atribuições na área de obras de conservação e restauro, de parceria com a DGEMN (PEREIRA 1997, 101).

Com a democracia consolidada e numa melhor situação económica, novamente se inicia a política de grandes restauros, desde logo, em 1983, com a Casa dos Bicos em Lisboa (ver Figura 6). A intervenção dos arquitetos Manuel Vicente e José Daniel Santa-Rita foi polémica mas marcante em termos de debate. Inicia-se também aqui, um programa de utilização de monumentos, que se justificava pela necessidade de conseguir obter financiamentos, iniciando-se, por exemplo, aquilo que Paulo Pereira denomina de «ciclo das pousadas», em que, para obter acesso aos financiamentos comunitários, uma das soluções encontradas para garantir intervenções nos monumentos foi atribuir-lhes destino hoteleiro.

Esta viabilização do monumento, através da atribuição de uma função – equipamento hoteleiro ou escolas superiores, museus ou centros culturais – implicou que os critérios adotados fossem os da interpretação estrita da Carta de Veneza, harmonizando-se obra nova e obra antiga, uma vez que os programas de afetação dos monumentos a pousadas eram quase sempre incompatíveis com a realidade física das preexistências. Assim, para respeitar o monumento, foi quase sempre necessária a construção de anexos, dotados de uma linguagem contemporânea (PEREIRA 1997, 102).



Figura 7 – Igreja e pousada do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Autor, 2013)



Figura 8 – Claustros do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Autor, 2013)

O projeto da pousada do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (ver Figura 7 e 8) (Fernando Távora) foi um dos primeiros a concluir-se, Recuperando as alas de um mosteiro em ruínas, foi possível remodelar o interior, introduzir-lhe alterações funcionais e de uso, e projetar um corpo novo, adotando um critério «culturalista» quanto à forma, e tipológico quanto à implantação e articulação do mesmo (PEREIRA 1997, 102). É em Guimarães que, na primeira metade dos anos 90, se lançam as bases de uma das mais ricas e significativas experiências nacionais, resultando numa intervenção que virá a constituir um importante modelo referencial para a zona Norte do país (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 44).

Um pouco antes a inovadora experiência de reabilitação da área Ribeira/Barredo, expandia-se para outras áreas como a da Sé. Mais tarde, gradualmente, estas experiências de reabilitação urbana alastravam ao interior, com experiências como a da cidade da Guarda em 1986. De assinalar também as intervenções em Évora, Beja ou no centro histórico de Tavira.

Em Portugal, a década de 90 fica ainda marcada por uma expansão urbanista fruto de um novo clima social que resulta da integração na União Europeia, no entanto já se encontram diversos exemplos de recuperação e reconstrução de edifícios, em Lisboa verifica-se um grande investimento na zona de Picoas-Saldanha, pela mão de Teotónio Pereira e Pedro Botelho, Siza Vieira recupera o Chiado (ALMEIDA e FERNANDES. 1986, 159) e pela província inicia-se – noutros casos continua-se - a recuperação de centros históricos como o caso de Évora, Chaves, Guimarães ou Viana do Castelo.

Esta recuperação é apoiada pelo Programa de Reabilitação Urbana (PRU), criado por despacho em 1985 e que visava *a conservação e condições de utilização do parque já construído, a par da produção de habitação nova.*

Entretanto o final da década traz a Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei 48/98, de 11 de Agosto) e a legislação que enquadraria os instrumentos de planeamento territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), surgem, desta forma os PDM, ou Planos Diretores Municipais, assim como os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP), que surgem em consequência dos bem-sucedidos Plano Estratégico de Lisboa, desenvolvido entre 1990 e 1992 pela Câmara Municipal de Lisboa e o Plano Estratégico de Évora, desenvolvido entre 1992 e 1994, por iniciativa da autarquia e apoiado

pela Universidade e Comissão de Coordenação Regional. A criação de uma regulamentação para a planificação urbana marca uma nova época no planeamento urbano em Portugal.

É nos finais do século XX que surge nova legislação, com o objectivo de ordenar o território, combatendo assim, a apropriação indevido do espaço. Com este novo Ordenamento, o território fica dividido em espaços construídos e espaços verdes.

É assim que o problema da conservação dos centros históricos foi também ganhando acuidade e profundidade metodológica. Um dos exemplos de maior eficácia é o da cidade de Guimarães, na qual o Gabinete Técnico Local (GTL), sob jurisdição do Município, iniciou nos finais dos anos 70 uma ampla operação que ainda decorre, com resultados positivos especialmente no que respeita ao tratamento de edifícios emblemáticos ou monumentos isolados, como por exemplo, a Casa do Arco.

As intervenções privilegiam ainda o tratamento dos edifícios de acompanhamento, através de um programa com o estatuto de plano de pormenor, valorizando de forma exemplar o tratamento dos espaços públicos (PEREIRA 1997, 103).

Foi neste contexto que lentamente se iniciou a recuperação de monumentos, primeiro, e de espaços públicos depois, reabilitando o património. Hoje, a reabilitação urbana, como um todo, é uma preocupação comum, José Aguiar refere mesmo que por todo o mundo desenvolvido é reconhecida a importância cultural e sócio-económica da conservação do património arquitectónico e da reabilitação urbana. Em Portugal, desde há alguns anos, este tem sido um sector que, independentemente de diversas vicissitudes, tem registado um franco desenvolvimento. (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais 1998, 1). Cerca de dez anos depois destas afirmações, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicava a 23 de outubro o Decreto-Lei n.º 307/2009, que com poucas alterações, regula a reabilitação urbana.



Figura 9 – Chiado, Lisboa (Marques, 2011)

Neste documento refere-se que a reabilitação urbana assume-se como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna (Ambiente 2009, 7956). Neste Decreto-Lei foram estabelecidos cinco desafios que se punham à reabilitação urbana (Ambiente 2009, 7956):

- Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infra -estruturas das áreas urbanas a reabilitar;
- Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas «áreas de reabilitação urbana», cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros;
- Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados;

- Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação;
- Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.

Desta forma, ao longo do Decreto-Lei, parte-se de um conceito amplo de reabilitação urbana e confere-se especial relevo não apenas à vertente imobiliária ou patrimonial da reabilitação mas à integração e coordenação da intervenção, salientando -se a necessidade de atingir soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais das áreas a reabilitar.

O documento refere ainda dois tipos distintos de operação de reabilitação urbana (Ambiente 2009, 7957):

- No primeiro caso, designado por «operação de reabilitação urbana simples», trata -se de uma intervenção essencialmente dirigida à reabilitação do edificado, tendo como objetivo a reabilitação urbana de uma área;
- No segundo caso, designado por «operação de reabilitação urbana sistemática», é acentuada a vertente integrada da intervenção, dirigindo -se à reabilitação do edificado e à qualificação das infra -estruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, com os objetivos de requalificar e revitalizar o tecido urbano.

A reabilitação urbana deve contribuir, de forma articulada, para a prossecução, entre outros, dos seguintes objetivos (Ambiente 2009, 7958):

- Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
- Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;
- Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados;

- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;
- Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- Modernizar as infra-estruturas urbanas;
- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
- Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica;
- Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sócio-cultural nos tecidos urbanos existentes;
- Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial;
- Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna;
- Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;
- Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação;
- Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados.

Percebe-se da leitura do Decreto-Lei que o tipo de intervenção na paisagem urbana, no sentido da sua requalificação, pode situar-se no caso da simples renovação, implicando esta a demolição e substituição dos elementos

preexistentes; pode também ser necessário proceder-se à revitalização, através da dinamização da vivência do local a requalificar. Finalmente, percebe-se que a reabilitação, ao contrário da renovação, pressupõe a reutilização de elementos preexistentes.

Desta forma a renovação urbana pode afirmar-se como consistindo na substituição das estruturas existentes, envolvendo a demolição dos edifícios e a construção de novos. Esta medida pode ser pontual ou total, situada num momento ou prolongada no tempo.

Nas últimas décadas ganhou corpo uma nova política urbana, rompendo com as concepções que dominavam as ações de intervenção: a renovação urbana e o conceito de centro histórico. Esta nova política é sensível aos sintomas de mudança nas tendências, como a saturação da procura de nova habitação coletiva, de espaços comerciais e escritórios, a restrição de investimentos em novas instalações industriais e as preocupações políticas de defesa da residência central de camadas populares e do emprego disseminado nos centros urbanos. Mais do que oferecer novos bairros, a administração confronta-se hoje com a plena utilização do seu *stock* habitacional (assim como de zonas de comércio, de oficinas, entre outras). Neste *stock* incluem-se os segmentos mais antigos que só se podem revalidar se forem sujeitos a ações de reabilitação de edifícios, obras de saneamento e arranjo de espaços públicos, de instalação e de animação de equipamentos públicos ou das coletividades. Esta nova política urbana prevê a melhor utilização possível da cidade pela coletividade e considera a intervenção no existente e a expansão nova ações complementares interdependentes na atribuição de investimentos e nas preocupações dos serviços municipais. O capital social adquire um valor que se sobrepõe ao do capital edificado, e estes devem ser articulados através de complexas relações económicas, jurídicas ou afetivas (segurança social, educação, animação cultural, inquilinato, emprego, etc.) (M. L. CUNHA 1999).



Figura 10 – Casa do Arco, Guimarães (Autor, 2013)



Figura 11 – Brasão da Casa do Arco, Guimarães (Autor, 2013)

Está a ser feito um esforço de requalificação e renovação urbana. A preservação já não é apenas nos monumentos, mas sim em todo o espaço envolvente. Após análise ao valor histórico dos edifícios, os mesmos serão “catalogados” e, conseqüentemente ao seu valor serão, requalificados ou renovados.

O cuidado visual que os municípios têm vindo a desenvolver é um impulso para a economia local. Cada vez mais as pessoas interessam-se pela imagem urbana, querendo visitar centros históricos, o que vai consolidar a identidade desse mesmo local.

1.2. - Preservação da memória, na requalificação dos edifícios

Em 1996, com o simpósio de Sónia, ressaltou a noção de que o património pertence às comunidades, pertence à coletividade e não a qualquer organismo da administração local ou central. Esses organismos apenas têm a responsabilidade, que naturalmente lhes cabe, de procurarem fazer a sua melhor proteção, a sua melhor defesa e garantir, de algum modo, a transmissão desse património, cultural, económico e social, às gerações vindouras (COSTA 2002, 2). Esta filosofia tem vindo a ganhar espaço e as cartas e recomendações, produzidas nas últimas décadas, denotando a evolução do pensamento patrimonial, acabam por se interpenetrar umas com as outras.

Começa a nascer a noção de que o património já construído merece ser visto com um olhar mais atento, ser repensado, tanto mais se levamos em conta que a construção nova no interior das cidades, não possui, muitas vezes, a mesma qualidade dos edifícios antigos, nem sequer acrescenta maior valia, patrimonial, histórica ou cultural (COSTA 2002, 2).

Os edifícios antigos são hoje em dia um marco para as cidades, por isso é tão importante preservá-los, são um passado cheio de histórias, referências e identidade das pessoas que viveram naqueles lugares que contribuíram para o que somos hoje. Foram as ilustres figuras deste país que fizeram com que se criassem as mais belas obras arquitectónicas. Marcaram as diferentes cidades por onde passavam, em cada lugar uma identidade de um povo que por mais esquecido que esteja, deixaram ficar nas cidades importantes monumentos e edifícios, que até hoje se preservam.

O envelhecimento das ruas, praças e edifícios transporta para os dias atuais memórias de povos que por elas passaram e que marcaram a sua cultura, definindo tradições. Percebe-se agora o porquê de cuidar do tesouro das cidades: porque elas são um passado vivo, distinguindo o que fomos e o que somos.

Tal como as pessoas, as sociedades e os povos possuem uma memória coletiva que constitui parte essencial da sua identidade como grupo e cuja perda poderá causar graves perturbações. Sabe-se que esta memória coletiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas cidades (M. L. CUNHA 1999).

Os centros históricos são considerados como um dos mais importantes problemas das cidades sendo necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vetor indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea (M. L. CUNHA 1999).

A autora reconhecesse como conjunto histórico ou tradicional todo o grupo de construções e de espaços que constituam um estabelecimento humano, tanto em meio urbano como em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural, merecendo menção especial os antigos bairros urbanos e os conjuntos monumentais homogéneos, e entende por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e o seu enquadramento (M. L. CUNHA 1999).

O objetivo principal da reabilitação urbana é melhorar a qualidade do território urbano e das áreas degradadas e em declínio, satisfazendo as necessidades básicas da população. Assim, a nível territorial, os objetivos da reabilitação urbana concentram-se principalmente em quatro pontos fundamentais, sendo eles a conservação integrada do património cultural, o direito à habitação, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável. Outro objetivo é garantir que se preserve um espaço que faz parte integrante do património urbano e que ao longo dos anos se foi degradando sob o ponto de vista urbanístico e também da qualidade de vida.

A reabilitação e a recuperação passam também pela conservação, restauro e reconstituição, as quais dizem respeito à intervenção, por exemplo, no edifício, por meio de obras que visam a sua manutenção, mas, enquanto que a conservação implica apenas pequenas reparações periódicas, o restauro e a reconstituição envolvem uma intervenção mais profunda, determinada por um estado mais adiantado de degradação (M. L. CUNHA 1999).

No caso das construções históricas, a complexidade das suas estruturas, em particular no que se refere à diversidade e heterogeneidade dos elementos estruturais e materiais constituintes, introduz geralmente dificuldades acrescidas para a perceção do real funcionamento da estrutura e das condições em que a mesma se encontra. A análise do comportamento estrutural e eventuais intervenções em construções existentes requerem, em geral, uma adequada inspeção prévia do local, possivelmente complementada com ensaios *in situ* e de laboratório, para sustentar um correto diagnóstico do real estado da

estrutura. Torna-se assim necessário dispor de um conjunto sistematizado de procedimentos que permitam realizar uma inspeção detalhada da estrutura, idealmente organizado sob a forma de um guião, que possibilite, não só o diagnóstico estrutural do caso em estudo, como também a constituição de uma base de dados sobre patologias em construções antigas (ARÊDE e COSTA 2002, 55).

O estado de conservação e de segurança das construções antigas, é um assunto que vem motivando crescente preocupação. Naturalmente que as de reconhecido interesse histórico motivarão particular interesse e preocupação. A partir do momento em que o interesse público e social deixa de focar um elemento e passa a valorizar o todo. O espaço em que um monumento se desenvolve, a sua envolvente, (como no caso dos centros históricos) passa a ser motivo de tanta preocupação e cuidado, quanto o edificado.

Do ponto de vista da estabilidade estrutural de uma dada edificação histórica, e perante situações que inspirem cuidados, a atitude das entidades responsáveis deverá focalizar-se na avaliação das condições de segurança da construção e, se tal se revelar necessário, em intervenções de reabilitação e/ou reforço. Em qualquer dos casos torna-se necessário proceder a uma ou várias inspeções da construção que, frequentemente, ultrapassam bastante o foro estritamente estrutural. De facto, a fim de respeitar a história que confere um carácter por vezes único à edificação em apreço, as inspeções devem ser acompanhadas de um levantamento histórico que permita datar a estrutura, analisar a sua trajetória, as alterações e outras intervenções sofridas no tempo, de modo a melhor compreender o seu estado atual (ARÊDE e COSTA 2002, 56).

Embora considerando não haver um carácter definitivo na importância e necessidade de aspetos a ter em conta, António Arêde e Aníbal Costa, elencam uma série de aspetos mais relevantes a ter em conta, num levantamento histórico, para um edifício histórico, antes da sua reabilitação (ARÊDE e COSTA 2002, 56):

- Definição geométrica da construção existente;
- Pesquisa histórica e identificação da funcionalidade presente e

passada da construção;

- Identificação de esquemas de funcionamento estrutural atuais;
- Definição dos elementos estruturais chave para o funcionamento da estrutura e pesquisa da sua constituição material;
- Identificação de todas as patologias (estruturais em particular) e elaboração de registo fotográfico detalhado e adequadamente localizado nas peças desenhadas da construção;
- Definição de eventuais ensaios a realizar para caracterização dos materiais e da estrutura, incluindo os elementos das fundações;
- Identificação e estabelecimento de modelos estruturais adequados.

É ainda necessário identificar corretamente as técnicas e materiais de construção, de forma que a reabilitação permita recuperar os mesmos, ou, se necessário, substituir estes mesmos materiais, por outros mais modernos mas devidamente contextualizados na estrutura, não se revelando disruptivos com a mesma. Tal justifica-se porque através dos tempos, baseado embora no seu conhecimento empírico, o Homem aprofundou conhecimentos e apurou técnicas de tratamento e utilização dos diversos materiais. Um desenvolvimento sustentado não pode ignorá-los, nem às suas características (PINTO 1998, 146).

As construções tradicionais identificam-se com uma determinada região e, se bem conservadas, mantêm-se indefinidamente. Nelas reside um profundo conhecimento dos materiais utilizados e do local onde se inserem. Este conhecimento deverá constituir a base de um novo (outro) desenvolvimento. Para tal, bastará que o projetista disponha de um conhecimento suficientemente profundo do local e dos materiais aí existentes (e do seu comportamento) (PINTO 1998, 146).

Em cada local a preocupação de reabilitação dos edifícios antigos passa por preservar as técnicas de construção, e, se possível, a utilização dos mesmos materiais. Se o mesmo não for possível, utilizar materiais mais atuais, mas mantendo a mesma técnica de utilização.

As técnicas tradicionais de construção radicam numa herança cultural feita de um conhecimento que permitiu ao Homem saber utilizar com exatidão cada material- e aperfeiçoar o modo de o trabalhar. Observa-se muitas vezes

que a degradação dos materiais, e por consequência das estruturas, está ligada ao modo como estes são empregues. Tal facto deve-se, frequentemente, ao desconhecimento das suas características e ao uso conjunto de materiais incompatíveis entre si, o que justifica que se proceda a uma breve análise das características dos materiais e das principais causas da sua degradação (TEIXEIRA e BELÉM 1998, 17).

Embora mantendo as tradições, é necessário analisar cuidadosamente as patologias dos edifícios, uma vez que se for identificada uma má utilização dos materiais e técnicas, as mesmas devem ser substituídas por técnicas mais atuais que preservem, a longo prazo a conservação dos mesmos.

Entende-se por Material todo o produto, destinado a ser incorporado na construção, obtido na natureza ou mediante um processo industrial ou artesanal, quer seja utilizado isoladamente, quer seja misturado ou conjugado com outro (TEIXEIRA e BELÉM 1998, 17). Os materiais tradicionalmente utilizados na construção dividem-se em (TEIXEIRA e BELÉM 1998, 17):

- Pedras naturais
- Pedras artificiais (tijolos de argila crua e cozida, telhas, azulejos, taipa)
- Aviamentos (cais, gesso)
- Revestimentos (reboco, estuque, tintas)
- Madeiras

Como forma de concluir este primeiro capítulo, tentamos demonstrar a importância da reabilitação do espaço edificado e espaço envolvente. Ao longo da história, o interesse pela preservação da imagem cultural urbana foi crescendo, e sendo fomentada por organizações, congressos e documentos internacionais e nacionais.

A legislação foi sendo gradualmente aperfeiçoada consoante a consciência do valor do património, sendo ele arquitectónico, ambiental, social, cultural, ou mesmo económico.

A consciencialização da importância da reabilitação teve o seu auge já na segunda metade do século XX, quando os centros históricos já se encontravam degradados e ao abandono.

As cidades foram crescendo à volta dos centros, com novas construções,

e apropriações desmesuradas do território, causando a degradação dos centros históricos e à consequente insustentabilidade económica. As novas legislações vieram combater essa realidade, ordenando o território, e implementando novos conceitos de reabilitação, não somente aos monumentos emblemáticos do local.

Uma das primeiras cidades portuguesas a ter esse tratamento foi a cidade histórica de Guimarães. O cuidado pelo interesse do centro é visível, e o município tem vindo a promover a reabilitação, requalificação e renovação da cidade, incentivando assim o Turismo, e como consequência a projecção económica da urbe. Essa reabilitação passa também por dar uma nova vida utilitária a edifícios com valor histórico, mas degradados, utilizando-os em projectos sociais, económicos e turísticos.

CAPÍTULO 2 – Guimarães: Reabilitação e Turismo

No presente capítulo abordamos o município de Guimarães, sua génese e história, bem como seus monumentos. Cria-se assim um quadro que justifica a potencialidade turística da região e sua mais-valia.

Numa segunda parte, aborda-se sumariamente o Turismo a nível nacional e internacional. Definem-se diferentes tipos de turismo e formas como estes, podem, hoje, ser explorados. Descreve-se ainda um quadro legal que fundamenta a aposta nacional no Turismo, sua pertinência e atualidade.

Não querendo ser exaustivos, escolhe-se o “hostel”, para objeto de estudo, não deixando de relacionar este com novas formas de divulgação de oferta hoteleira, nomeadamente através da web. Relaciona-se ainda a oferta hoteleira, no ramo do “hostel” com o tipo de turista que este serve. Novamente enquadra-se este tipo de oferta, no contexto legal nacional.

Finalmente aborda-se o Turismo Cultural no quadro das Capitais Europeias da Cultura, sua importância e história.

2.1 – A Cidade e a Memória

Em Guimarães, cidade histórica, a construção em pedra natural, é comum, bem como o uso de madeira e revestimentos com diversos materiais. O uso da taipa ainda se encontra, apesar da evolução da cidade, que passou de uma cidade medieval a uma cidade moderna. No centro histórico, são inúmeras as habitações construídas com esta técnica construtiva, mas pode-se realçar a Casa da Rua Nova, uma casa de raiz medieval, que constitui um dos exemplos tipológicos mais característicos das designadas casas de ressalto, tendo mesmo recebido o Prémio Europa Nostra.

A idade do edificado levou a uma elevada degradação em muitas situações, justificando a reabilitação dos espaços.



Figura 12 - Centro histórico de Guimarães (Própria 2013)

Desde logo reconhecida como “Berço da nação”, Guimarães possui uma projeção nacional que lhe fornece um estatuto quase único, mas a cidade e sua história são bem mais que isso, sendo que, a partir do século XX a história de Guimarães se cruza com alguma da história da arquitetura nacional.

A cidade de Guimarães é, milenar. Embora rodeada de locais que atestam a ancestralidade do concelho – a Citânia de Briteiros, as termas romanas de Vizela, o porto romano das Taipas, etc. - a sua origem encontra-se ligada à denominada “reconquista”, já nos inícios do séc. X, e à condessa Mumadona, que edifica um mosteiro onde hoje se encontra a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (E. FERNANDES 2011, 15). Outros associam a origem da povoação a Vimara Peres, daí a designação de “vimaranenses” aos habitantes de Guimarães. Importante é que aí se desenvolve um núcleo urbano, muralhado e onde a par da fortificação, no Castelo, se desenvolve uma urbe

que vai crescendo ao longo de séculos, implicando mudanças na estrutura da cerca.



Figura 13 – Castelo de Guimarães (Própria, 2013)

Desde logo se verifica que a urbe que nasce é de comerciantes – por oposição à vizinha Braga, centrada no clero – e se o rei fundador teve a sua corte em Coimbra e depois em Lisboa, Guimarães foi muitas vezes alvo de estima por parte de reis, como foi o caso de D. João I – porventura o rei mais importante na história da cidade, depois de D. Afonso Henriques – que no final do século XIV, ordena a demolição do tramo de muralha que separa as vilas Alta e Baixa, unificando todo o burgo. Inicia-se também a construção de uns Paços do Concelho, entre as praças da Oliveira e de São Tiago. Esta construção dá origem a uma solução urbana inédita em Portugal: a articulação de duas praças, através de um espaço alpendrado associado a um programa público (E. FERNANDES 2011, 19).

Ao longo do século XVII, a tipologia da casa nobre sofre alterações; as casas edificadas numa zona de desenvolvimento mais recente, a norte do eixo Sapateira/Mercadores, apresentam maiores dimensões. Regista-se uma

tendência para a estabilização das alturas (piso térreo e dois sobrados) e larguras (três braças craveiras, cerca de seis metros e sessenta); as coberturas passam a ser obrigatoriamente realizadas em telha, por imposição Municipal. Típicas do casario desta época são as casas "filipinas", de que subsiste um conjunto notável na Rua de Camões, com piso térreo em pedra e os superiores em madeira, apresentando varandas corridas de elaborados desenhos.

Outros bons exemplos de casas seiscentistas encontram-se na Rua Nova, neste caso com pisos de ressalto.

No Largo Dr. António Mota-Prego encontramos outra tipologia, uma casa de ressalto com piso térreo em alvenaria e piso superior com fachadas revestidas por "rótulas": trabalho de madeira, de inspiração mourisca, que permite a filtragem da luz e o arejamento.

Na Vila Baixa começa a ser usada a pedra nos pisos superiores, substituindo a taipa, e consolida-se a tendência de estabilização das alturas em três pisos.



Figura 14 – Estátua a D. Afonso Henriques (Própria, 2013)

No século XV, a Vila Alta começa a despovoar-se. Num sector ainda não urbanizado da área anteriormente delimitada pela primeira cerca, implanta-se o Paço dos Duques, um dos monumentos mais representativos da cidade. As áreas adjacentes à muralha começam a ter edificado.

A partir do século XVI, as construções começam a mostrar um maior cuidado nas frontarias, com cantarias cuidadosamente aparelhadas, molduras decoradas e colocação de pedras de armas; são exemplos desta preocupação as casas dos Valadares de Carvalho, do Morgado da Índia, dos Carvalho/Mota-Prego, dos Araújo Abreu, dos Almeidas e dos Portugal. As casas burguesas, tal como as nobres, começam a ser integralmente construídas em alvenaria de granito, ao contrário da generalidade do casario onde a pedra só é usada no piso térreo, sendo os pisos superiores construídos em madeira e taipa. Nesta altura, os limites da cidade podem considerar-se definidos pela localização do Padrão de São Lázaro, no final da atual Rua de D. João I (E. FERNANDES 2011, 19).



Figura 15 - Rua de D. João I – Guimarães (Própria 2013)

No século XVII está já perfeitamente delimitado o Largo do Toural: o seu limite norte é assinalado por um cruzeiro seiscentista, que funciona como

contraponto ao chafariz anteriormente edificado (1585) no seu extremo sul. Entre as igrejas de São Sebastião (1570) e São Dâmaso (século XVII) forma-se um novo terreiro, conformado por um muro de suporte (junto ao qual é colocado um pelourinho) que resolve o desnível existente para sul. A remodelação dos Paços do Concelho vai motivar a normalização do Largo de São Tiago, sendo demolidos alguns edifícios que se encontravam adossados à capela românica aí existente.



Figura 16 - Dr. António Mota-Prego (Própria, 2013)

Em meados do séc. XVII, a consolidação urbana de Guimarães estabiliza, ficando os seus limites inalteráveis até ao final do século XIX. Nos edifícios religiosos construídos nesta época, a profusão decorativa domina as frontarias: na Igreja do Convento dos Capuchos, nas capelas do Anjo-da-Guarda e das Ordens Terceiras de São Francisco e São Domingos e na Igreja de Nossa Senhora da Consolação e dos Santos Passos, exemplo mais espetacular pela sua presença urbana, no remate do eixo barroco do Campo da Feira.



Figura 17 - Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos (Própria, 2013)

Esta exuberância decorativa (marcada pelo estilo do bracarense André Soares) vai dar lugar a um período de influência Almadina, reflexo de uma preocupação municipal com a uniformidade da imagem da cidade. É com esta intenção que se proíbe a construção de empanadas, rótulas, tabuleiros e sacadas, obrigando a demolir a maior parte das existentes, para regularizar as fachadas das ruas principais do burgo. O mesmo tipo de preocupação leva a Câmara a solicitar à rainha (em 1792) autorização para "dar o risco" a todos os edifícios que se construíssem na vila, como acontecia no Porto. Esta pretensão é, no entanto, negada; em resposta a novo pedido da Câmara, agora relativo às construções que estão a ser desenvolvidas no Toural, D. Maria I manda demolir a muralha e remete um desenho para a fachada oriental do largo. Percebe-se que desde cedo que existe na urbe uma preocupação pela ordenação do território, pelo conjunto do edificado e não pela unicidade. Isto virá a revelar-se importante quer para futuro, quer na construção identitária do povoado.



Figura 18 - Câmara Municipal de Guimarães (Própria, 2013)

Em 1853 a Rainha D. Maria II concede o título de cidade a Guimarães, na sequência de uma visita realizada no ano anterior. A nova cidade vai, pouco depois, dispor de um primeiro plano urbanístico, da autoria do Eng. Almeida Ribeiro, professor de Arquitectura Civil e Naval da Academia Portuguesa de Belas-Artes. Este plano (concluído em 1867) não previa qualquer área de expansão, apenas intervenções no existente, nomeadamente a salvaguarda dos principais monumentos. A extinção das ordens religiosas (em 1834) permite o reuso de importantes espaços da cidade, nos séculos XIX e XX: o Convento dos Capuchos é adquirido pela Misericórdia (1842), que transfere para aí o seu hospital; no Convento do Carmo vai funcionar o Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia (1864); a nova praça do mercado é definida no interior da antiga cerca de São Domingos, enquanto o convento é cedido à Sociedade Martins Sarmiento (1887); no Convento de Santa Clara, cedido à Colegiada, é instalado o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira (1893) e vai, depois, funcionar a Câmara Municipal (em 1968);



Figura 19 - Santuário da Penha - Guimarães (Própria 2013)

No Convento da Madre Deus instala-se o Centro Juvenil de São José (1918). Com a extinção definitiva da Colegiada (em 1911) o Convento da Oliveira é também transformado, para acolher o Museu Alberto Sampaio (em 1928). Em 1884 é inaugurada a estação de caminho-de-ferro de Guimarães e abre ao público a ligação ferroviária até Vizela, com grandes consequências para o sector sul da cidade. No início do século XX começamos a encontrar na cidade a marca de um dos arquitetos mais prestigiados da época: Marques da Silva. A sua ligação a Guimarães inicia-se com a direção das obras de São Torcato, que assume em 1895; os contactos aí realizados proporcionam-lhe um convite para uma obra de prestígio: a sede da Sociedade Martins Sarmento. A primeira encomenda para a Sociedade Martins Sarmento consistia apenas na reconfiguração de uma parte da fachada do antigo Convento de S. Domingos. Contudo, Marques da Silva utilizou esse pretexto para construir um marco de referência urbana, segundo uma matriz beaux-arts, que conferiu ao que restava do antigo edifício religioso uma dimensão cívica. Foi precisamente essa dimensão de edifício monumental, caracterizador de uma outra ambição urbana, que Marques da Silva retomou em 1916 no projeto não realizado para o edifício dos Paços do Concelho. Em 1921, com o projeto de uma casa para

um industrial, iniciou um novo ciclo baseado numa relação de confiança com personalidades de destaque na cidade que, em 1925 o levou à reorganização do projeto dos Paços do Concelho segundo moldes mais operativos, ao desenho do Mercado Municipal em 1927 e, numa posição de destaque na geografia urbana, à construção do Santuário da Penha, iniciada em 1930. Estes projetos marcaram o crescimento da cidade de Guimarães na primeira metade do século XX, pontuando o tecido urbano, até então com características vincadamente pré-industriais. (TAVARES 2010, 9). Fará ainda outras intervenções na cidade e arredores, sendo o responsável máximo pelo Santuário da Penha e sua envolvente, bem como tendo influenciado arquitetos contemporâneos que viviam na zona (E. FERNANDES 2011, 27).

O que impressiona na relação de Marques da Silva com os poderes autárquicos no período da Ditadura Militar é a sua posição ambígua, assim como era a do município, relativamente dos anos 20. É uma relação tensa entre práticas de inovação ou resistência tecnológica, entre ecletismos, regionalismos e nacionalismos, entre monumentalidade e discrição, enfim, entre várias noções vagas e imprecisas capazes de oscilar segundo as conveniências de circunstância. No contexto vimaranense, as propostas de Marques da Silva abrem um sem número de caminhos de trabalho para compreender não só a forma e os processos de transformação urbana, mas também para aceder aos conflitos políticos e sociais na transição da I República para a Ditadura Militar. No contexto da arquitetura portuguesa os mesmos projetos sugerem a existência de debates e conflitos opostos e contraditórios com a visão de um progresso continuado e respeitador entre gerações de arquitetos. A aparentemente mais conservadora ou retrógrada das arquiteturas, como seria a luta em 1936 pela construção dos Paços do Concelho segundo o projeto de 1916, foi um manifesto violento e calado pela emancipação do poder local e por uma sociedade mais aberta e descentralizada (TAVARES 2010, 16). É claro, hoje, poder delinear-se na cidade um percurso Marques da Silva, sendo a cidade, depois do Porto, onde o arquiteto deixou mais obra feita, muita dela, concluída por sua filha e seu genro, após o falecimento do arquiteto em 1947.

Os anos 40 do século passado trazem a intervenção do Estado Novo nos monumentos nacionais e a cidade-berço não poderia ficar de fora, criando-se um plano para valorizar os monumentos do monte Latito (Castelo, Igreja de São

Miguel e Paço dos Duques), a "colina sagrada" que está tão fortemente associada ao berço da nacionalidade. É a equipa de Rogério dos Santos Azevedo (1898 – 1983) que efetua a recuperação do Paço dos Duques de Bragança (PEREIRA, (Re)trabalhar o Passado s.d., 100).

Esta obra, levantou muitas críticas na época, principalmente por parte de Marques da Silva – no gabinete do qual, estagiou Rogério Azevedo – e Alfredo Pimenta, historiador (PONTE, Paço dos Duques de Bragança 2011, 14). Na sequência das demolições de construções arruinadas aí existentes (iniciadas em 1929) é realizado um arranjo paisagístico, por Viana Barreto, em 1957. Dois anos antes tinha sido iniciado um programa de reabilitação da Rua de Santa Maria, coordenado pelo Ministério das Obras Públicas. É nesta época, dominada por intervenções do Estado Novo, que surge em Guimarães a primeira obra onde se reconhece uma clara linguagem modernista: a Casa António Rocha, projetada por Delfim Amorim e Oliveira Martins, em 1947, com um desenho polémico que apresenta uma clara influência de Corbusier, aplicando as teorias que o arquiteto suíço desenvolve nos anos 20 (nomeadamente os "cinco pontos da nova arquitetura").

As mudanças de atitude que caracterizam a arquitetura portuguesa (sobretudo a norte) a partir de meados dos anos 50 (influenciadas pelo Inquérito à Arquitetura Popular) têm também reflexo em Guimarães: uma crescente vontade de contextualização das obras, com uso de materiais e técnicas construtivas tradicionais associadas às novas possibilidades do betão armado. E neste contexto que entra em cena um novo personagem notável, filho da terra, que vai marcar a cidade: Fernando Távora.

A sua primeira obra na cidade é o Posto de Abastecimento para a Sacor (1960-65), onde, desde logo, compatibiliza tradição e modernidade. Mais tarde risca a sede da Assembleia de Guimarães (1969-72), avançando em 1972, para o projeto de adaptação do Mosteiro de Santa Marinha a Pousada, trabalho que vai constituir um marco de referência na arquitetura portuguesa no que se refere à reabilitação de edifícios de interesse patrimonial (E. FERNANDES 2011, 33).



Figura 20 - Paço dos Duques de Bragança - Guimarães (Própria, 2013)

A interligação de Távora com a cidade e a recuperação urbana da mesma, criam um caso único na arquitetura nacional. Em 1980, Fernando Távora apresenta o Plano Geral de Urbanização de Guimarães e através da sua presença no Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Guimarães inicia um processo de recuperação do centro histórico que culmina com a classificação do mesmo, pela UNESCO em 2001.

A metodologia de projeto de abordagem da cidade, adotou uma política de reabilitação urbana, assente na atuação conjunta da requalificação dos espaços públicos (como indutor do investimento capital privado nos edifícios que os confinavam), potenciando unidades de projeto urbano (como certas praças, alguns eixos prioritários e de maior visualidade, edifícios arquitetonicamente estratégicos, etc.), na recuperação dos edifícios de responsabilidade municipal (cedendo a sua forma a novas funções) e o controlo, estímulo e o apoio técnico e financeiro à iniciativa privada (GESTA 2002, 100).

A melhoria dos espaços públicos teve óbvias repercussões no incremento da qualidade residencial. O investimento público foi conduzido para uma estratégia de intervenções qualificadas de requalificação dos espaços públicos

urbanos, partindo do princípio de que estas intervenções poderiam potenciar, ou induzir, o interesse do investimento privado nestas áreas (GESTA 2002, 100).

A estratégia de apoio à (re)habitação do Centro Histórico de Guimarães baseou-se na preferência pelo apoio a obras de impacto mínimo, permitindo muitas vezes manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população envelhecida. Este tipo de intervenções, muito mais contidas, permite também reduzir ao mínimo, eventualmente mais tolerável, a atualização das rendas depois da realização dos trabalhos. Da experiência da conservação do património urbano de Guimarães salienta-se (GESTA 2002, 101):

- uma reabilitação para e pelas pessoas;
- a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitetura da cidade histórica;
- a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitetura erudita e "vernácula" que construiu, no tempo, este "Centro Histórico") mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) os problemas.



Figura 21 - Largo da Oliveira - Guimarães (Própria, 2013)

A promoção da recuperação pela requalificação do espaço público, mantendo a população residente e melhorando o seu habitat, bem como a manutenção das técnicas construtivas tradicionais do seu edificado e o rigor de intervenção, teve como resultado uma ação exemplar que distingue Guimarães das outras cidades do país. Depois do Prémio Europa Nostra, atribuído a Fernando Távora em 1985 pelo projeto de restauro e de adaptação da sede do próprio GTL, a equipa do GTL de Guimarães em 1993 recebeu o Prémio Nacional de Arquitetura para a melhor obra de conservação, (pela primeira vez na história da Associação dos Arquitetos, que tradicionalmente premiava apenas autores individualizados, uma equipa coletiva e municipal). Seguir-se-á mais tarde em 1996 o Prémio da Real Fundação de Toledo, em 1999 o Prémio Nacional Imagem da Cidade com a reabilitação das Casas Alpendradas -Menção Honrosa - atribuído pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, é atribuída uma Menção do Júri do Prémio RECRUA 2000, pelo conjunto da obra e ao Gabinete Técnico Local e em 2001, Guimarães é declarada pela UNESCO Património da Humanidade (GESTA 2002, 101).

A Guimarães atual soube conciliar, da melhor forma, a história e consequente manutenção do património com o dinamismo e empreendedorismo que caracterizam as cidades modernas. Esta classificação de Património da Humanidade, a par da implantação de um pólo da Universidade do Minho, a partir dos anos 70, permitiram trazer a cidade para o século XXI, contornar os problemas associados à falência do tecido industrial que envolvia a urbe e ter também o condão de despertar e animar sectores de atividade como o turismo, o lazer e a restauração, que lhe conferem hoje características ímpares na oferta de diversão noturna, atraindo para o Largo da Oliveira e para a Praça Santiago – os dois mais nobres espaços do Centro Histórico – centenas de jovens que se misturam com o número crescente de visitantes que a cidade recebe. Esta atividade turística e cultural, permitiram a Guimarães ser a Capital Europeia da Cultura em 2012, num evento do qual ainda colhe frutos e ao qual a cidade soube responder.

Finalmente, é indispensável uma referência à arquitetura contemporânea, que não se esgotou no Posto de Abastecimento de Távora, uma vez que a cidade de Guimarães apresenta ótimos exemplos de obras realizadas nas últimas décadas. Alguma desta arquitetura passa pela reabilitação de espaços e edifícios de valor patrimonial. No âmbito da intervenção no espaço público, destacam-se a construção do cemitério de Monchique e as recentes reformulações da Praça da Condessa Mumadona, do largo de Martins Sarmento e do conjunto constituído pelo Toural, alameda de S. Dâmaso e rua de Santo António. No que diz respeito à reabilitação de edifícios de valor patrimonial, podem ser consideradas exemplares as intervenções realizadas nas casas dos Pombais, dos Carneiro, dos Couto, dos Lobo Machado, do Morgado da Índia e dos Navarro de Andrade, na fábrica de Couros, na Ilha do Sabão e no Palácio Vila Flor (E. FERNANDES 2011, 36). A cidade de Guimarães é, assim, não só um exemplo de reabilitação do centro urbano, mas também uma cidade nova, que se revela interessante quer ao turista que procura a história, quer aquele que procura a beleza do presente.



Figura 22 – Toural - Guimarães (Própria, 2013)

Concluindo, a cidade de Guimarães foi e continuará a ser muito importante como património cultural e arquitectónico.

Desde cedo, o município teve a preocupação de manter a sua história “viva”, reabilitando o existente, não pensando na arquitectura como reabilitação de edifícios isolados, mas sim no seu conjunto, ajudando assim a preservar a sua identidade. Essa preocupação eleva o seu interesse turístico, e por essa razão faz sentido conjugar a reabilitação urbana, com a valorização turística.

De seguida, explanamos um pouco o percurso do turismo em Portugal, e mostrar assim, que com esta ferramenta é possível manter a identidade de uma cidade.

2.2 – Turismo em Portugal

Longe dos centros habituais do *Grand Tour* setecentista, Portugal afirmou-se através das viagens marítimas e do poder económico alcançado. Lisboa, como grande entreposto de comércio e exotismos, atraiu, desde o séc. XVII e até ao século XIX, numerosos estrangeiros que, por razões comerciais, políticas ou artísticas, se deslocavam ao nosso País. As Invasões Francesas e as ligações com Inglaterra, bem como a proximidade da casa real portuguesa com a maioria das coroas da Europa, seriam outros veículos de divulgação (Turismo de Portugal 2011, 9).

A partir de meados do séc. XIX, enquanto a Madeira se torna célebre pela sua beleza natural e pelo seu clima estável e saudável, grande parte da literatura romântica portuguesa irá desenvolver um convite ao reconhecimento do território, dos hábitos e dos costumes. Também a costa marítima portuguesa começou a ser valorizada pelas suas tradições e características naturais, levando a que, por exemplo, Cascais se tornasse um local de férias da Nobreza e da Burguesia (Turismo de Portugal 2011, 9). Mais a norte, o Bom Jesus de Braga era mesmo apresentado como “A Sintra do Norte”.

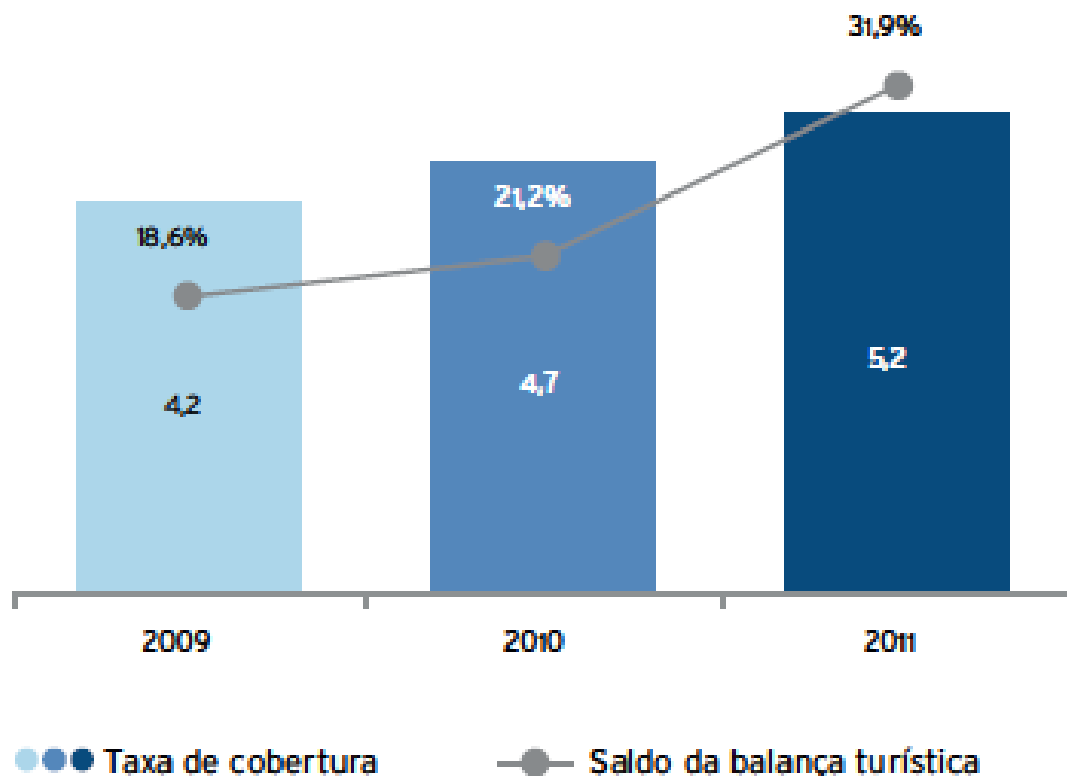
É na sequência do 4º Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa de 12 a 15 de maio de 1911, que o Governo institucionaliza uma Repartição de Turismo, supervisionada por um Conselho de Turismo e tutelada pelo Ministério de Fomento. O crescimento do setor ao longo de 10 décadas, consoante os regimes e políticas, conferiu-lhe entidade, organizando-o em múltiplas instituições (Turismo de Portugal 2011).

Portugal é um destino que, devido aos seus recursos primários e secundários, se encontra numa posição privilegiada no *ranking* dos destinos mundiais. No final dos anos 70, inícios dos anos 80 do século XX, o turismo começou a ser pensado como algo que poderia ser um fator predominante de desenvolvimento de regiões mais desfavorecidas, apoiando-se no padrão do desenvolvimento endógeno, como uma reação aos modelos e às políticas

regionais tradicionais. O turismo neste país tem acompanhado, se bem que com algum atraso, as tendências do sector a nível internacional e, atualmente, é um dos sectores com mais impacto na economia nacional (MILHEIRO 2004, 97).

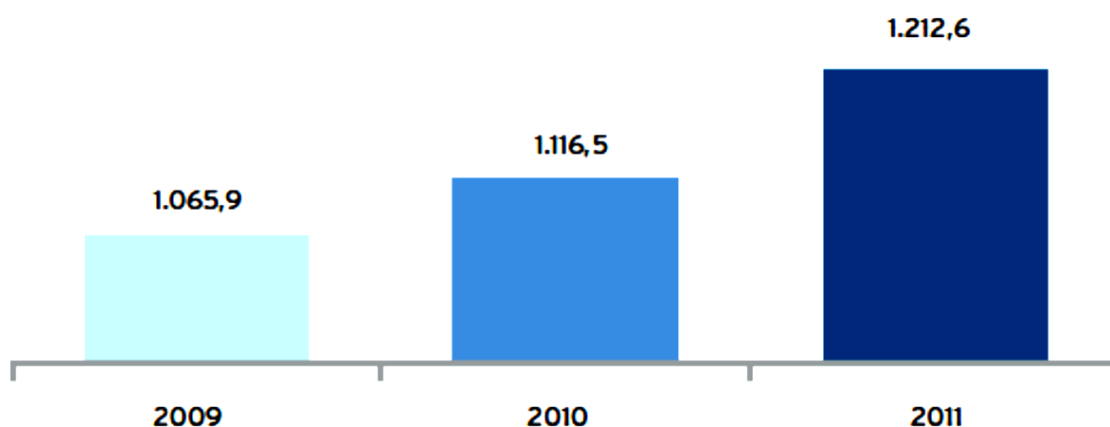
O turismo é um sector com um substancial impacto económico, especialmente ao nível do emprego e do desenvolvimento regional. Note-se que em Portugal, e de acordo com dados da DGT (MILHEIRO 2004, 97), representa 8% do PIB e emprega mais de 300,000 pessoas e gera uma receita anual bem superior aos 1,300 milhões que são habitualmente apresentados nas estatísticas oficiais, uma vez que não existem ainda dados rigorosos sobre o impacto das férias, e do lazer, dos portugueses e do efeito multiplicador provocado pelo turismo na economia nacional (MILHEIRO 2004, 97).

Como se vê no quadro seguinte, pode-se perceber a evolução das receitas de turismo entre 2009 e 2011, para Portugal.



Quadro 1 – Saldo da Balança Turística em percentagem e milhões de euros (Turismo de Portugal 2011, 12)

No Quadro 2 apresentam-se os proveitos das dormidas, em milhões de euros também para o período de 2009 a 2011



Quadro 2 – Saldo das Dormidas em milhões de euros (Turismo de Portugal 2011, 12)

A um nível mais abrangente, pode-se afirmar que o turismo foi, e continuará a ser, um fenómeno económico e social com uma extraordinária importância, e que apresenta um crescimento muito superior a qualquer outro sector de actividade económica. Note-se que o número de chegadas internacionais passou de 25 milhões em 1950 para 699 milhões em 2000, o que se traduziu numa taxa de crescimento média anual de 7% (MILHEIRO 2004, 97)! Em 2002, o número de chegadas internacionais de turistas em todo o mundo excedeu, pela primeira vez na história, a marca dos 700 milhões (MILHEIRO 2004, 97).

Uma série de fatores conjugaram-se e possibilitaram um aumento do turismo, como forma de ocupar o tempo de lazer. A melhoria das condições de vida, a redução do tempo de trabalho e o conseqüente alargamento do tempo de lazer, a conquista do direito às férias pagas e a redução da idade da reforma, a ampliação da esperança de vida, aliados às rápidas e profundas inovações tecnológicas e nos sistemas de transportes, nas acessibilidades e comunicações, bem como o aumento dos rendimentos disponíveis, possibilitaram um aumento significativo do turismo. Diversas “áreas-destino”, das quais se destaca Portugal, passaram a receber grandes fluxos de visitantes de zonas do globo menos atrativas, em termos de mercado “sun-sea-sand” – o turismo de Sol, praia e areia (MILHEIRO 2004, 98). A actividade turística assume-se hoje como uma necessidade, regeneradora de bem-estar e comum na

sociedade moderna, porém os interesses e características dos próprios turistas, têm vindo a mudar nas últimas décadas: os anos 90 e seguintes caracterizaram-se por um crescente interesse pelo ambiente, pelas atividades culturais e pelas férias desportivas. Hoje podem falar-se em quatro grandes grupos motivações para o turismo: Físicos, culturais, interpessoais e de prestígio.

Os diversos destinos turísticos podem ser enquadrados com os diversos motivadores, verificando-se mesmo que para um dado destino pode existir mais que um motivador. Não obstante, os destinos de férias “sol e praia” continuaram e continuarão a ser predominantes, ainda que em conjugação com outros. Estes outros destinos resultam do despoletar de outras formas de turismo, as quais foram sofrendo diferentes classificações e, no caso nacional, podem encontrar-se as diferentes tipologias que importam para o turismo em Portugal, através da consulta do “Plano estratégico nacional do turismo - horizonte 2013-2015” (PENT), documento aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 15 de fevereiro, que foi desenvolvido para o horizonte temporal 2006 – 2015, e adotado pelos agentes do sector, onde se prevê a revisão periódica dos seus objetivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta à evolução do contexto global e do sector turístico. A revisão dos objetivos do PENT decorreu da necessidade de o adaptar às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo, bem como de o adaptar ao período de instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal (MEI 2012, 2).

Neste documento defende-se que o turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como motor a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas; na excelência ambiental e urbanística; na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas. A sua importância na economia deve ser crescente, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional (MEI 2012, 7).

Com a marca “Destino Portugal” apresenta-se, assim, aos turistas, uma proposta que assenta nos seguintes elementos:

- Clima e luz;

- História, cultura e tradição;
- Hospitalidade;
- Diversidade concentrada.

Neste documento, planeia-se a oferta de produtos estratégicos que se dividem nas seguintes categorias (MEI 2012, 62):

- Sol e mar;
- Circuitos turísticos;
- Estadias de curta duração em cidade;
- Turismo de negócios;
- Golfe;
- Turismo de natureza;
- Turismo náutico;
- Turismo residencial;
- Turismo de saúde;
- Gastronomia e vinhos.

Estes produtos servem uma estratégia económica, como visto atrás. Na oferta do produto, o alojamento turístico assume um papel relevante enquanto componente ou subproduto da oferta turística e está fundamentalmente dependente da sua integração num produto turístico. A deslocação turística está dependente do tipo de oferta de alojamento existente, sendo uma componente basilar no desenvolvimento turístico, uma vez que promove a retenção dos turistas no destino. A instalação de estabelecimentos de alojamento turístico possibilita a dinamização económica, na medida em que despoleta efeitos económicos multiplicadores noutros sectores, sendo por vezes utilizada a venda de hospedagem a um custo mais reduzido para incentivar gastos noutros componentes do produto turístico, como restaurantes, casinos, golfe, etc.



Figura 23 – Logotipo Marca Turismo Portugal (PUBLITURIS 2014)

O estudo do alojamento turístico reveste-se de particular relevância, atendendo ao facto de que, para além da sua natureza funcional, tem um papel crítico na formação da percepção da experiência turística e, conseqüentemente, na satisfação do turista. Por outro lado, assume-me como um vetor estruturante na realização de investimentos turísticos; e representa a parcela mais significativa de gastos realizados por turistas no destino, sendo por isso a componente da oferta turística que mais gera receitas turísticas.

Entretanto, ainda em 2013, face à crise económica, foi efetuada uma revisão do PENT, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 74 — 16 de abril de 2013. Neste documento reiterava-se a importância do PENT, referido “como um instrumento estruturante que, mais do que orientar as políticas públicas, tem a função de articular o turismo, numa perspetiva abrangente, com outras áreas da ação governativa” (PCM 2013, 2170). No documento refere-se que “decorrente das alterações estruturais da procura, mas também influenciada pela conjuntura recente, verifica-se uma alteração do perfil do consumidor” (PCM 2013, 2172) a qual se traduz pelas seguintes características:

- Prioridade para o consumo no perímetro casa, família, estabilidade e ambiente;
- Racionalização do consumo, contendo os “excessos” dos últimos anos, e pressão dos preços pela procura sobre a oferta, mais diversificada e em maior quantidade;

- Maior escrutínio e prudência no momento da compra ao nível da relação qualidade/preço percebida;
- Aumento da preferência por marcas brancas e maior dificuldade de fidelização;
- Resistência de países, empresas e, principalmente, particulares, ao endividamento.

Neste contexto, é ainda recomendado, entre outras coisas que “O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como motor a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas” (PCM 2013, 2173). Refere-se ainda que “importância do turismo na economia deve ser crescente, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional” (PCM 2013, 2173).

Portugal é um dos países mais procurados para o Turismo. Por vários motivos, tais como, gastronomia, paisagens, praias, bem como pela sua história. Digamos que Portugal tem uma herança cultural e patrimonial que outros Países desejavam ter.

Mas não é apenas com esta herança que chamamos os turistas a visitar Portugal, temos que valorizar esse património, criar novas formas de chamar o Turismo, de chamar as pessoas para Portugal, não é somente com boa comida, ou com boas praias que as pessoas voltam, é necessário dar-lhe as condições para usufruírem a sua estadias, é preciso criar mecanismos para que os mesmos sejam incentivados a descobrir o que é Portugal.

Um País cheio de história como o nosso, pode, e deve, apostar no ramo de reabilitação para promover a cidade e o turismo.

2.3 – O *Hostel* e o novo Turista

Como visto, o perfil do turista foi variando ao longo dos anos, e, com naturalidade, também os meios de hospedagem evoluíram. Com a década de 60 surgiram novas formas de alojamento, como parques de campismo e caravanismo, apartamentos turísticos, etc. Nos últimos anos registou-se uma

diversificação da oferta e flexibilização das formas de alojamento, bem como uma procura por um vasto leque de serviços e preços, surgindo hotéis-apartamentos, turismo no espaço rural, etc.

Esta diversidade levou a uma necessidade de regular a oferta e de classificar os empreendimentos turísticos, optando -se por uma significativa diminuição das tipologias e sub-tipologias existentes. Esta regulamentação, em Portugal, aconteceu em 2008, através do Decreto-lei N°39/2008 de 7 de Março em que se introduziu um sistema uniforme de graduação, assente na atribuição das categorias de uma a cinco estrelas, com exceção dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, cujas características não justificam o seu escalonamento (MEI 2008, 1441). Tendo como objectivo a promoção da qualificação da oferta em todas as suas vertentes, a classificação deixou de atender sobretudo aos requisitos físicos das instalações, como acontecia até à altura, para passar a reflectir igualmente a qualidade dos serviços prestados.



Figura 24 – Logotipo Hostelling International (GUIDESTAR 2014)

No referido Decreto-Lei, consideraram-se empreendimentos turísticos os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispendo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares (MEI 2008, 1441). Foram também considerados estabelecimentos de alojamento local as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispendo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário,

mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos.

Os empreendimentos turísticos foram ser integrados nos seguintes tipos:

- Estabelecimentos hoteleiros;
- Aldeamentos turísticos;
- Apartamentos turísticos;
- Conjuntos turísticos (*resorts*);
- Empreendimentos de turismo de habitação;
- Empreendimentos de turismo no espaço rural;
- Parques de campismo e de caravanismo;
- Empreendimentos de turismo da natureza.

Como visto, o turismo é, hoje, um processo muito dinâmico e em mutação. A legislação em vigor até 2014, embora estabelecesse, em 2008, a figura do alojamento local, rapidamente foi ultrapassada pelas modas e novas vertentes do turismo, pelo que já em 2014 foi necessário regularizar este tipo de serviço, sendo criada o Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de agosto. Com a referida Portaria, procurou-se enquadrar uma série de realidades que ofereciam serviços de alojamento a turistas, sem qualquer formalismo e à margem da lei, acautelando, ao mesmo tempo, que alguns dos empreendimentos extintos pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março -nomeadamente, pensões, motéis, albergarias e estalagens - e que não reuniam condições para serem empreendimentos turísticos, pudessem ainda assim continuar a prestar serviços de alojamento, por forma a evitar o respetivo encerramento com todas as consequências negativas associadas (ME 2014, 4571).

A dinâmica do mercado da procura e oferta do alojamento fez surgir e proliferar um conjunto de novas realidades de alojamento que, sendo formalmente equiparáveis às previstas na Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, determinam, pela sua importância turística, pela confirmação de que se não tratam de um fenómeno passageiro e pela evidente relevância fiscal, uma atualização do regime aplicável ao alojamento local. Essa atualização surge agora, precisamente porque estas novas realidades surgem não como um fenómeno residual, mas como um fenómeno consistente e global. A atualização passa, não só pela revisão do enquadramento que lhes é aplicável,

mas, igualmente, pela criação de um regime jurídico próprio, que dê conta, precisamente, dessa circunstância (ME 2014, 4571).

Desta forma, as figuras dos empreendimentos turísticos e do alojamento local passam a ser duas figuras devidamente autónomas e recortadas, vedando -se a possibilidade de colocação sob a figura e regime do alojamento local de empreendimentos que cumprem com os requisitos dos empreendimentos turísticos. Esta autonomização pretende assim assegurar que, a produtos distintos se aplicam regimes jurídicos distintos, tratando de forma igual o que é materialmente igual. Mantêm -se as três tipologias de alojamento local (o apartamento, a moradia e os estabelecimentos de hospedagem), pese embora quanto aos apartamentos e aos estabelecimentos de hospedagem se tenha procedido, com motivações distintas, a alterações.

No caso dos estabelecimentos de hospedagem, cujo regime é atualizado, prevêem-se ainda requisitos particulares para os «hostels», para os quais se exigem especiais características. Sem entrar em pormenores que impeçam o desenvolvimento e inovação do produto, procurou-se, sobretudo, enquadrar juridicamente e preservar uma figura que se impôs turisticamente. No caso dos apartamentos, uma tipologia cada vez mais frequente no mercado turístico mundial, amplificada pela publicitação e intermediação digital, o referido Decreto-lei mantém e pugna por uma importante margem de liberdade no que diz respeito à oferta do serviço, mas enquadra fiscalmente a sua exploração em prestação de serviços de alojamento, assim impedindo que tal atividade se desenvolva num contexto de evasão fiscal (ME 2014, 4571).

É assim que no artigo 2 das disposições gerais se definem “estabelecimentos de alojamento local” como aqueles que prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, e que reúnam os requisitos previstos no decreto-lei (ME 2014, 4571). Os estabelecimentos de alojamento local devem integrar-se numa das seguintes modalidades:

- Moradia – estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por um edifício autónomo, de carácter unifamiliar;
- Apartamento – estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por uma fração autónoma de edifício ou parte de prédio urbano suscetível de utilização independente;

- Estabelecimentos de hospedagem – estabelecimento de alojamento local cujas unidades de alojamento são constituídas por quartos. Os estabelecimentos de hospedagem podem utilizar a denominação «*hostel*» se obedecerem aos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei, que acrescem aos requisitos previstos para os demais estabelecimentos.

O referido artigo 14.º estabelece que (ME 2014, 4574):

- Só podem utilizar a denominação «*hostel*», os estabelecimentos de alojamento local cuja unidade de alojamento, única ou maioritária, seja o dormitório;
 - Os dormitórios são constituídos por um número mínimo de quatro camas;
 - O número de camas dos dormitórios pode ser inferior a quatro se as mesmas forem em beliche;
 - Os restantes requisitos dos “*hostels*” são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área do turismo.

Define-se desta forma a figura de *hostel*, nela se inscreve um conjunto de estabelecimentos que se tem popularizado em determinados meios turísticos e em que a figura de reabilitação arquitectónica tem tido uma contribuição importante.

Neste tipo de oferta, o *hostel*, tem vindo a ser estudado e analisado por organizações como a STAY WYSE, que no seu relatório de 2012 - New Horizons III: Youth Travel Accommodation Usage Report - abordou o tema. Neste relatório é referido que os jovens viajantes são quem mais cedo aderiu às possibilidades que as novas tecnologias associadas ao turismo proporcionam. Cerca de 80% destes jovens usam a Internet como meio de pesquisa de informação para preparação das suas viagens, e a proporção de pesquisas na Internet convertidas em reservas quadruplicou nos últimos 5 anos (Tourism Research and Marketing 2013, 7).

Aquela que é conhecida como Web 2.0 distingue-se das fases anteriores da world wide web por possibilitar a publicação e partilha de informação: youtube.com (partilha de vídeos), flickr.com (partilha de fotos), wikipedia.org (enciclopédia "colaborativa"), facebook.com (social networking), são alguns dos exemplos (Tourism Research and Marketing 2013, 7). No mundo da Web 2.0, os viajantes procuram informações provenientes de outros viajantes, em

detrimento daquelas que eram obtidas na tradicional Web 1.0. Esta continha essencialmente informação publicada por profissionais de marketing, ao serviço do produtor ou do prestador de serviços.

Para quem possui uma das unidades que são procuradas por este tipo de turistas, algumas das perguntas importantes a fazer são: "o que é que os meus clientes estão a dizer aos meus potenciais clientes acerca da minha empresa?", "e onde é que estão a dizê-lo?". Em resposta a estas perguntas, criaram-se diversos *websites* (sítios), populares junto da comunidade de utilizadores da Web 2.0: tripadvisor.com, travelpost.com, realtravel.com, travelistic.com, lonelyplanet.tv, geobeats.com, wikitravel.org - vencedor do "Webby Award for Best Travel Site", em 2007; é um guia de viagens escrito em colaboração pelos seus utilizadores - wayn.com, hostelworld.com, tripup.com, entre outros. A consulta destes sítios implica que os seus visitantes possam obter informações reais e atualizadas sobre os sítios que pretendem visitar e os locais onde podem pernoitar ou efetuar refeições. A informação assim obtida é estabelecida diretamente entre consumidores, sendo pequena a margem para manobras de marketing ou outras em que o fornecedor possa intervir. O fornecedor destes serviços pode, no entanto, aferir a qualidade efetiva da sua própria oferta e da concorrência, bem como avaliar o grau de satisfação dos clientes e, eventualmente reequacionar a sua oferta, tornando-a mais atrativa em função do que é procurado.

Existem ainda ferramentas, como o "Google Alert", que pesquisam toda a Internet por tópicos personalizados de interesse, que podem ajudar a gerir a reputação da empresa bem como monitorizar os concorrentes. Isto revela-se importante pois verifica-se que um em cada quatro viajantes usa as redes sociais para planear as suas viagens e 45% destes, fizeram as suas escolhas baseados em críticas e experiências de outros viajantes, relatadas na web (Tourism Research and Marketing 2013, 5). Isto verifica-se ser uma realidade não só para os turistas de lazer, mas também para aqueles que viajam em trabalho. No caso dos viajantes por questões laborais, verifica-se mesmo que 1 em cada 3 relatam e avaliam a sua experiência, nas plataformas próprias da web (Tourism Research and Marketing 2013, 5).

A procura de locais para pernoite, como os *hostels*, encontra-se estabilizada a nível mundial, mas ainda em expansão em alguns países. Apesar

da crise económica mundial, em 2012 os *hostels* sediados na Europa foram responsáveis por 26 milhões de dormidas, num incremento de 6% quando comparado com os números de 2010 (Tourism Research and Marketing 2013, 7).

O *hostel* chegou e tem ganho cada vez mais expressão no Turismo, pelas suas qualidades mais informais e económicas, uma vez que a crise económica afeta-nos a todos.

Este tipo de albergue, constitui uma alternativa aos hotéis, mas não podemos comparar os dois, pois não têm os mesmos conceitos. Os *hostels* têm como padrão quartos tipo dormitórios, e alguns podem ter quartos privados, mas um dos principais conceitos deste tipo de alojamento é precisamente fomentar a sociabilização entre os clientes.

É o ideal para o tipo de turista de mochila às costas, que ruma à descoberta de novas paragens, de novas culturas a descobrir, de novas histórias,...

2.4 – Turismo Cultural: Guimarães Capital Europeia da Cultura

A esta procura por *hostels* está associado, geralmente, o turista que procura visitar as urbes, em particular as cidades com alguma expressão a nível histórico, artístico ou outros fatores que as destacam. Fala-se aqui do denominado Turismo Cultural, uma expressão que tem sido utilizada em conjunto com o conceito de "Património Turístico". Contudo, um número de investigadores tentou definir Turismo Cultural, aproximando-o através de uma série de formas alternativas. Um dos conceitos mais conhecidos para a definição de turismo cultural foi dada por Richards, que definiu Turismo Cultural como o movimento de pessoas para atrações culturais, longe do seu normal local de residência, com a intenção de reunir novas informações e experiências, de forma a satisfazer as suas necessidades Culturais (RICHARDS 2007, 24). Contudo, Richards deu também um conceito técnico para Turismo Cultural, declarando que este inclui todos os movimentos de pessoas até atrações especificamente culturais, tais como locais de património cultural, manifestações artísticas e culturais, espetáculos de arte e drama fora do seu local normal de residência. O turismo cultural é também definido como visitas

de pessoas fora da comunidade de acolhimento, motivadas totalmente ou em parte pelo interesse histórico e cultural, científico, forma de viver, ou pelo património oferecido por uma comunidade, região, grupo ou instituição. A OMT define Turismo Cultural também focado nas motivações da viagem do turista. Segundo a OMT o Turismo Cultural inclui os movimentos de pessoas essencialmente por motivações culturais, tais como: visitas de estudo, performances de artes, viajar até festivais ou eventos culturais, visitar locais e monumentos, para estudar a natureza, o folclore, a arte ou peregrinações.

O Turismo Cultural tem vindo a ser abraçado por entidades locais, nacionais e internacionais: a UNESCO promove o Turismo Cultural como um meio de preservar o património mundial; a Comissão europeia apoia o Turismo Cultural como uma indústria importante; muitos países emergentes vêem-no como um apoio para a identidade nacional. Em muitas partes do mundo, o Turismo Cultural tornou-se vital para o suporte da economia local e para se manterem algumas atividades tradicionais e locais. A globalização do Turismo Cultural, indiscutivelmente coincide com um número de mudanças culturais e sociais fundamentais, bem como mudou a estrutura do turismo em si. Adotada em 1972 pela UNESCO, a “Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural” é assinada, hoje, por cerca de 153 países. Através dela as nações do mundo reconhecem e protegem única e insubstituivelmente propriedades de valor universal. A convenção providencia, pela primeira vez, uma moldura de forma legal, administrativa e financeira, permanente para a cooperação internacional na salvaguarda de património cultural e natural da humanidade.



Figura 25 – Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 (AOPEDARAIA 2012)

Ao assinar a Convenção, cada país promete conservar locais culturais e naturais, dentro das suas fronteiras, considerados pela Convenção como tendo um valor excecional e universal. Em contrapartida, a comunidade internacional promete ajudar a proteger estes tesouros. Para definir estes locais significantes, a Convenção estabeleceu a Lista de Património Mundial, a qual contém as propriedades culturais e naturais que encaixaram em critérios específicos definidos pelo Comité do Património Mundial. Os doze primeiros locais foram inscritos na lista em 1978. Atualmente, no ano de 2011, estavam inscritos 936 sítios, em 153 países: 725 sendo culturais, 183 sítios naturais e 28 que são tanto culturais como naturais.

Portugal aderiu à convenção em 1979. Na 37ª sessão do Comité do Património Mundial, realizado entre Junho e Julho de 2013, novos locais foram adicionados, passando a perfazer em Portugal, na totalidade, da lista do Património Mundial, 16 sítios ou conjuntos de sítios:

- Centro Histórico de Angra do Heroísmo – Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores;

- Mosteiro dos Jerónimos – Lisboa;
- Torre de Belém – Lisboa;
- Mosteiro da Batalha – Batalha;
- Convento de Cristo – Tomar;
- Centro Histórico de Évora – Évora;
- Mosteiro de Alcobaça – Alcobaça;
- Paisagem Cultural de Sintra – Sintra;
- Centro Histórico do Porto – Porto;
- Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa – Distrito da Guarda;
- Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira – Ilha da Madeira, Madeira;
- Centro Histórico de Guimarães – Guimarães;
- Região Vinhateira do Alto Douro – Nordeste de Portugal;
- Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Ilha do Pico, Açores;
- Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações – Elvas;
- Universidade de Coimbra, Alta e Sofia – Coimbra.

A Comissão Europeia também vê a Europa como o principal destino turístico mundial. Como tal, o turismo desempenha um papel determinante no desenvolvimento de muitas regiões europeias. Segundo a Comissão Europeia o turismo sustentável contribui para a preservação e valorização do património cultural e natural da Europa. Nessa ótica, um dos objetivos da política de coesão que vem desde 2007 é aproveitar o potencial do turismo para fomentar o desenvolvimento regional permanente e criar postos de trabalho.

Este interesse da Comissão Europeia e da UNESCO vem mesmo antes da existência destas instituições, existindo mesmo diversos acordos de salvaguarda e valorização do património que, ao longo do séc. XX e XXI, têm contribuído para a regulamentação mundial neste campo:

- **1931** - Carta de Atenas Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações;
- **1964** - Carta de Veneza;

- **1972** - Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO;
- **1975** - Carta europeia do Património Arquitectónico - Conselho da Europa;
- **1976** - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea;
- **1981** - Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos – ICOMOS;
- **1985** - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada - Conselho da Europa;
- **1987** - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS;
- **1990** - Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico – ICOMOS;
- **1991** - Recomendação nº R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX Conselho da Europa;
- **1992** - Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista) Conselho da Europa;
- **1994** - Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja - Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja;
- **1995** - Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada - 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana;
- **1997** - Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) - Convenção de Malta;
- **1999** - Carta Internacional sobre o Turismo Cultural – ICOMOS;
- **1999** - Carta sobre o Património Construído Vernáculo – ICOMOS;
- **2000** - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído - Conferência Internacional sobre Conservação;
- **2001** - Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático – UNESCO;
- **2002** - Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial – UNESCO;

- **2005** - Convenção de Faro - Conselho da Europa;
- **2009** - Declaração de Viena;
- **2009** - Carta de Bruxelas;
- **2010** - Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial;
- **2012** - Republicação com a tradução para português; da Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático – UNESCO;

Uma das cartas mais recentes e importantes é a Carta de Bruxelas, de 30 de Junho de 2009. Esta carta é sobre o papel do Património Cultural na economia, propõe que lhe seja dado o seu valor essencial e intrínseco e propõe a criação de uma rede europeia para o seu reconhecimento e divulgação. Neste documento, classifica-se o Património Cultural como "*the most dynamic and competitive knowledge-based economy in the world capable of sustainable economic growth with more and better jobs and greater social cohesion*".

Para lá da UNESCO, existem ainda outras entidades de maior ou menor dimensão que visam a salvaguarda e difusão do Património Cultural. Uma delas é, por exemplo, a *Europa Nostra*, uma Federação Pan-europeia de Património Cultural, fundada em 1963. Também o movimento *Slowcitta* defende a valorização do Património Cultural como forma de obter proveitos económicos.

Além das entidades envolvidas na salvaguarda e difusão do Património Cultural, e da promoção envolvida, fruto da atuação destas entidades, verificou-se, nos tempos recentes, a aparição de um fenómeno que contribui para o aumento da popularidade de uma região, trata-se dos megaeventos. Estes possuem sempre uma exposição internacional que pode mesmo chegar a um nível global. São acontecimentos promovidos com a intenção de atrair a atenção do público e da imprensa, multiplicando a visibilidade dos locais em que se realizam.

Um megaevento é uma forma de exaltação e demonstração do poder político, económico e cultural das nações e das cidades mais dominantes do mundo. Dentro destes encontram-se os Jogos Olímpicos, Mundiais e Europeus

de Futebol, Feiras Universais, ou Expos, e as Capitais da Cultura. A crescente valorização dos megaeventos nas políticas urbanas corresponde também às tendências globais de alteração no tecido económico-industrial. As festas, as comemorações, os rituais, as celebrações sempre estiveram presentes na cultura urbana; este tipo de eventos são utilizados e apropriados com diferentes funções e conotações nos mais diferentes meios e grupos, em culturas diferentes e em locais geograficamente distantes. Tudo isso converte os eventos num elemento cultural de grande relevância.

Os megaeventos trazem consigo megaprojetos, projetos esses normalmente realizados com o apoio de grandes instituições públicas e privadas e estão quase sempre ligados a operações mediáticas que tenham impacto. Este tipo de evento implica quase sempre avultados níveis de investimento financeiro, e por sua vez existe sempre uma expectativa de retorno. Desta forma, as cidades anfitriãs procuram projetar uma imagem de cidade dinâmica e arrojada, virada para a cultura, com capacidade empreendedora, futuristas mas com tradições e respeito pelo passado.

Portugal tem vindo a apostar particularmente nesta estratégia, tendo começado a tendência com a Europália, em 1991, que consistia em exposições, colóquios, espetáculos, lançamentos, entre outros, que permitiam mostrar ao estrangeiro as manifestações mais significativas da cultura portuguesa da atualidade. Depois com a Capital Europeia da Cultura Lisboa 1994, seguiu-se a Expo 98, a Capital Europeia da Cultura Porto 2001, o Euro 2004 e, mais recentemente, a Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012.

Destes eventos, a Capital Europeia da Cultura tem sido o que mais vezes se tem repetido a nível nacional. Desde 1985, 46 cidades tiveram a honra de ser designadas como Capital/Cidade Europeia da Cultura. O evento tem vindo a ser cada vez mais importante para as cidades celebrarem a sua própria identidade cultural dentro da União Europeia. A designação de Capital Europeia da Cultura tem vindo a tornar-se cada vez mais procurada. Só no Reino Unido 14 cidades concorreram a Cidade Europeia da Cultura em 2008. Este interesse marcou a 25 de Maio de 1999 a transição de "Cidade" para

“Capital” da Cultura, de festival cultural discreto para um maior evento de desenvolvimento e transformação urbana.

A Capital Europeia da Cultura é uma iniciativa da União Europeia, que tem como objetivo a promoção de uma cidade da Europa por um período de um ano, ano esse em que a cidade tem a hipótese de mostrar ao seu país e à Europa a sua vida e o seu desenvolvimento cultural, o que irá permitir um melhor conhecimento entre os cidadãos europeus. Este evento cultural contribui para valorizar a riqueza, a diversidade e as características comuns das culturas europeias, de acordo com a legislação da União Europeia. A Cidade Europeia da Cultura começou sob a iniciativa da ministra grega Melina Mercouri, inicialmente era nomeada apenas uma cidade por ano. O objetivo inicial desta iniciativa era a promoção da população europeia através da cultura, em que era pretendido o diálogo entre as diferentes culturas europeias, procurando encontrar elementos comuns, mas respeitando as diferenças e especificidades de cada uma (Universidade do Minho 2013, 21).

Na evolução das Cidades Europeias da Cultura podem ser identificados três períodos diferentes, em função da dimensão cultural do evento e da interpretação atribuída por cada organizador. A primeira fase, que corresponde à década de 80, caracteriza-se pela existência de lógica organizativas espontâneas, em que o envolvimento comunitário era muito pouco, nesse período a escolha das Cidades Europeias da Cultura recaiu em grandes metrópoles ou em cidades consideradas grandes centros de cultura a nível europeu, como Atenas (1985), Florença (1986), Berlim (1988) ou Paris (1989). Basicamente eram um conjunto de eventos, celebrados durante o Verão e dedicados apenas à cultura clássica elevada (Universidade do Minho 2013, 21).

A segunda fase, correspondente à década de 90, é identificada como a fase de tentativa e erro, apesar de se distinguir da anterior por uma maior institucionalização da organização. Glasgow, em 1990, representou um ponto de inflexão na história das Cidades Europeias da Cultura, pois contrariamente às cidades anteriores não tinha uma grande tradição cultural e atravessava um processo de reconversão industrial e transformação social. Além disso, incluiu

nas Cidades Europeias da Cultura outro tipo de expressões culturais, como um vasto programa de renovação urbana. O objetivo era utilizar a cultura como um meio para reconciliar a cidade com os seus habitantes, criando uma melhoria no dia-a-dia da cidade e um ambiente urbano melhorado (Universidade do Minho 2013, 21).

A Cidade Europeia da Cultura Glasgow veio então lançar muitos dos atuais conceitos e objetivos que vigoram nas Cidades Europeias da Cultura. Glasgow fez uma programação que durasse um ano, fez uma clara aposta na promoção, comunicação e imagem e introduziu o conceito de sustentabilidade. A Cidade Europeia da Cultura deixou de ter a lógica de evento efémero e passou a ser vista como catalisadora de mudanças a vários níveis e dinamizadora do espaço urbano e do seu desenvolvimento baseado na cultura. Assim esta cidade escocesa foi a primeira a aproveitar a Cidade Europeia da Cultura para a regeneração urbana, assente nas artes e indústrias criativas como meios de promoção da dinâmica da cidade, da inovação e da redefinição da identidade urbana (Universidade do Minho 2013, 21).

As Cidades Europeias da Cultura da década de 90 dividiram-se entre grandes metrópoles, já consideradas pólos culturais, e entre cidades mais pequenas, com uma menor relevância e dinâmica cultural e menos recursos disponíveis. No primeiro caso estão incluídas Dublin (1991), Madrid (1992) ou Lisboa (1994), que mantiveram a aposta clássica deixando pouco espaço para manifestações culturais alternativas. Eram cidades já viradas para a cultura e só apostaram no reforço e revitalização das estruturas culturais já existentes. No segundo caso, cidades como Antuérpia (1993), Copenhaga (1996), Tessalónica (1997) e Estocolmo (1998), que até essa data não eram conhecidas pelo seu dinamismo cultural, adotaram uma aproximação cultural mais diversificada, incluindo manifestações menos *mainstream* e promovendo dimensões alheias à cultura. Ao longo desta década, a Cidade Europeia da Cultura tornou-se uma iniciativa de grande visibilidade pública, refletindo-se igualmente no aumento exponencial do número de candidaturas a Cidade Europeia da Cultura. As cidades, com o evento, passaram a querer melhorar a sua imagem, relançar a economia local e aumentar o volume dos seus fluxos turísticos, mas sem

esquecer a necessidade de reforçar a sua vida cultural e as suas infraestruturas culturais (Universidade do Minho 2013, 22).

A terceira fase é denominada a fase institucional e é caracterizada por um maior rigor processual, resultado da integração do programa dos modelos da União Europeia, e com o acréscimo de regulamentação e controlo. Esta fase foi iniciada em 2000 e prolonga-se até aos dias de hoje, e introduziu critérios de seleção que impuseram conceitos como «Dimensão Europeia», «Cidade» e «Cidadãos». Outra alteração importante foi a possibilidade de mais do que uma nomeação anual em simultâneo e a abertura em 1990, em que foi decidido alargar a iniciativa a países não pertencentes à União Europeia. No ano de 2000 houve um ligeiro “boom”, com nove Capitais Europeias, incluindo já países não pertencentes à União Europeia. O interesse foi-se mantendo, sendo que no início do século XXI foram 18 as cidades nomeadas (Universidade do Minho 2013, 22).

Os objetivos das cidades que acolhem as Capitais Europeias da Cultura continuam a ter uma forte componente cultural, ainda que nos últimos anos se tenha vindo a assistir à crescente importância do carácter económico e social, à regeneração setorial e à transformação urbana. Todos estes fatores são incluídos numa estratégia de médio e longo prazo que visa promover a cidade em diversos âmbitos e melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. A denominação Capitais Europeias da Cultura constitui-se como uma importante ferramenta para o impulsionamento da atividade turística, nomeadamente no turismo cultural urbano, nas cidades que acolhem o evento. No âmbito das Capitais Europeias da Cultura. Os destinos não tradicionais encontram nesta iniciativa uma oportunidade para desenvolver o sector do turismo.



Figura 26 – Logotipos Guimarães 2012 (Público 2012)

De acordo com a classificação genericamente aceite na literatura sobre este tema, os efeitos económicos de curto prazo das Capitais Europeias da Cultura estão globalmente associados a impactos do lado da procura, enquanto os de longo prazo podem entender-se como impactos do lado da oferta (Universidade do Minho 2013, 70). Do lado da procura, o investimento em infra-estruturas, as despesas associadas à programação e as receitas de turismo vinculadas ao evento têm um efeito multiplicador sobre a economia no seu conjunto, devido, fundamentalmente, à grande capacidade de geração de procura noutros setores, induzida pelas despesas iniciais. Neste domínio, os estudos de impacto económico tratam de identificar os efeitos diretos, indiretos e induzidos pelas despesas de investimento e de consumo associadas ao evento em questão (Universidade do Minho 2013, 70). No caso em análise, os impactos a avaliar são os seguintes:

- Impactos económicos diretos, resultantes do investimento em infraestruturas (públicas ou privadas), das despesas realizadas pelas entidades promotoras do evento e das despesas realizadas pelos visitantes durante a sua celebração;
- Impactos económicos indiretos, associados à a atividade das empresas e dos setores que fornecem *inputs* aos agentes que executam as despesas anteriormente descritas;
- Impactos económicos induzidos, resultantes da utilização do rendimento gerado localmente.

Percebe-se assim que um megaevento, além da publicidade que gera, possui também um impacto económico que se pode revelar significativo e até prolongar no tempo, para lá do período em que o evento se realiza.



Figura 27 – Cerimónia de abertura de Guimarães 2012 (FERREIRA 2012)

A candidatura da cidade de Guimarães a Capital Europeia da Cultura iniciou-se em outubro de 2006 e foi concluída formalmente em maio de 2009. Nessa data, o Conselho Europeu de Ministros da Cultura da UE designou Guimarães como uma das Capitais Europeias da Cultura do ano de 2012, conjuntamente com a cidade Eslovena de Maribor. Para a implementação do programa de Guimarães 2012 foi constituída por lei, em meados de 2009, a Fundação Cidade de Guimarães. Os principais objetivos atribuídos foram a conceção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural da Guimarães 2012. Inicialmente, estava previsto também que pudesse assumir a gestão do património cultural e dos respetivos equipamentos, propriedade do município de Guimarães e de outras entidades, assim como o apoio a ações de formação com relevância na área da cultura. Esta segunda finalidade não se vai materializar efetivamente, dado que a Fundação Cidade de Guimarães foi definitivamente extinta no segundo semestre de 2013, no âmbito de uma decisão governamental destinada a

racionalizar o setor paraestatal e empresarial do Estado (Universidade do Minho 2013, 25).

A Fundação Cidade de Guimarães nasceu com uma estrutura de governação que centralizava as competências de gestão, planeamento e controlo e que externalizava as competências de execução, recorrendo, nomeadamente, ao *outsourcing* e à realização de parcerias para assegurar o desenvolvimento das atividades, permitindo (Universidade do Minho 2013, 25):

- Uma maior flexibilidade na adequação da estrutura à diversidade de eventos e atividades em desenvolvimento;
- Uma integração nos projetos da comunidade local, tanto ao nível dos agentes culturais como das empresas, instituições públicas e da população em geral;
- A potenciação do desenvolvimento de empresas no setor cultural na região;
- A contratação das empresas que tenham uma visão internacional e voltada para o futuro;
- A contratação de especialistas para as diversas valencias do projeto e a obtenção de mais-valias pelo acesso a um know-how atualizado;
- O desenvolvimento de relações de parceria com instituições nacionais e internacionais e a potenciação do *networking*;
- O fomento do desenvolvimento económico da região, através do incentivo à criação de novas indústrias culturais, atraindo novos talentos criativos, com vista à sua fixação no território.

A Fundação Cidade de Guimarães dispôs de um orçamento de quase 36,5 milhões de euros, dos quais 22,5 milhões se destinaram ao programa cultural. Os restantes dividiram-se aproximadamente, em partes iguais, em despesas de comunicação e marketing e despesas de funcionamento.

Ao projeto Guimarães 2012 associou-se um vasto programa de investimentos em matéria de equipamentos culturais e requalificação urbana (Universidade do Minho 2013, 27). Este investimento foi fundamentalmente canalizado através da Câmara Municipal de Guimarães. O investimento público aproximou-se dos 42 milhões de euros. Entre os investimentos em equipamentos de destacar a Plataforma das Artes e da Criatividade, com um investimento de quase 15 milhões de euros e a Casa da Memória com um

montante superior aos 4 milhões de euros. O investimento dedicado a infraestruturas urbanas e requalificação ultrapassou os 13 milhões de euros em várias intervenções, com impactos significativos sobre a morfologia e as vivências urbanas. Das Capitais Europeias da Cultura celebradas nos últimos 10 anos apenas Sibiu 2007 realizou um investimento infraestrutural tão modesto (40 M€). Graz 2003 (56 M€) e Lille 2004 (70 M€) também apresentaram volumes de investimento inferiores aos 100 milhões euros (Universidade do Minho 2013, 28).

Para além dos investimentos de promoção pública, materializaram-se um conjunto de iniciativas de investimento promovidas por capitais privados, estreitamente ligadas à atividade cultural. As mais destacadas pelo dinamismo da sua programação e pela capacidade de mobilização de público foram o Centro para os Assuntos da Arte e da Arquitetura (CAAA) e a Fábrica ASA. O CAAA pretendeu ser um canal alternativo de acesso à arte e à arquitetura, através do apoio, da divulgação e do estímulo à criação e aplicação de novos métodos de produção e interação entre as várias áreas artísticas. A Fábrica ASA funcionou como condomínio empresarial, plataforma criativa e espaço de intercâmbio, fusão e experiências. Guimarães apresentou-se como Capital Europeia da Cultura de 2012 com o lema "Tu fazes parte", construído a partir do posicionamento proposto para o evento e da ideia de que sendo Guimarães o berço da nação, é um lugar de onde todos os portugueses fazem parte. O *slogan* remeteu assim, para um envolvimento direto e indireto dos portugueses. O coração foi o símbolo escolhido pela Capital Europeia da Cultura, como elemento comunicacional simplificado (Universidade do Minho 2013, 28).

Os objetivos subjacentes à designação como Capital Europeia da Cultura variam significativamente entre as cidades detentoras do título. Em muitos casos, pretende-se aproveitar a designação para elevar o perfil internacional da cidade e da região envolvente, através da execução de um programa de atividades culturais e eventos artísticos de nível internacional e da atração de visitantes estrangeiros. Outros objetivos incluem a ampliação de públicos, o desenvolvimento do talento dos artistas locais, a melhoria das infraestruturas culturais, o estabelecimento de relações com outras cidades e regiões europeias e o reforço da confiança e da autoimagem dos cidadãos locais.

A dimensão turística das Capitais Europeias da Cultura está, portanto, entre as principais motivações para desenvolver um projeto com estas características. Inclusivamente, na fase da candidatura, as motivações relacionadas com o turismo convivem com as de índole cultural, aparecendo as motivações de carácter económico com mais frequência do que as de ordem exclusivamente cultural.

De acordo com a literatura, citada no relatório, os fluxos turísticos gerados por uma capital europeia da cultura podem ser desagregados em (Universidade do Minho 2013, 41):

- Visitantes que têm como objetivo específico participarem no evento;
- Visitantes que se sentem atraídos pela atmosfera cultural geral da Capital Europeia da Cultura, que não participam no evento;

- Profissionais culturais ligados à produção do programa da Capital Europeia da Cultura;
- Representantes de outras cidades vinculadas ao setor das Capital Europeia da Cultura.

Esses fluxos turísticos traduzem-se numa maior procura turística e, portanto, em maior despesa turística, e têm frequentemente produzido um ajustamento do lado da oferta. Como consequência das CEC, a generalidade das cidades de acolhimento registaram um incremento estrutural na procura turística, ainda que seja difícil distinguir se este é motivado apenas pela própria CEC ou por outros fatores, tais como o crescimento económico, o acolhimento de outros eventos ou o aumento da capacidade e diversidade hoteleira, a oferta de amenidades ou do número de ligações aéreas diretas (Universidade do Minho 2013, 41)

Guimarães como atração turística tem já uma história longa. O grande salto em termos turísticos ocorreu com a classificação do Centro Histórico da Cidade como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, no ano de 2001. De facto, entre 2002 e 2011, o número de dormidas na cidade e o número de hóspedes nos hotéis aumentaram 55% e 70%, respetivamente (Universidade do Minho 2013, 41). No mesmo período, a capacidade hoteleira aumentou um pouco mais do que 65%.

No período imediatamente precedente à Capital Europeia da Cultura, houve uma expansão da oferta de alojamento moderada, que permitiu acomodar o aumento registado na procura turística da cidade. De facto verificou-se que no ano de 2012, se registou um forte crescimento da procura turística, confirmado pelos indicadores de procura indireta recolhidos pelo Serviço de Turismo da Câmara Municipal de Guimarães (STCMG). Nomeadamente, o número de visitantes aos postos de turismo cresceu 106,7%, relativamente à média dos três anos anteriores, atingindo 121.435 pessoas. O último trimestre registou crescimentos de 59,5% e de 130,6%, face aos mesmos trimestres de 2011 e 2010, respetivamente (Universidade do Minho 2013, 41).

O número de visitantes estrangeiros que recorreram aos postos de turismo cresceu 53,7%, ultrapassando os 70.000, e o de visitantes nacionais praticamente quadruplicou, superando a barreira dos 50.000.

Os turistas que visitaram Guimarães em 2012 ficaram muito satisfeitos com a sua visita à cidade, uma vez que 75,4% indicaram níveis de 6 ou 7, numa escala de 1 a 7 (Universidade do Minho 2013, 50). A intenção de recomendar a visita é também muito elevada, sendo que 69,3% afirmaram que recomendariam certamente a visita à cidade (Universidade do Minho 2013, 50). Desta forma, pode aferir-se um grau de satisfação que se revela promissor se conjugado posteriormente com a publicidade nas redes sociais, vista atrás. Cria-se desta forma um veículo de promoção à cidade com impacto para lá de 2012 e que permite atrair um género de público que se identifica com o público alvo de um *hostel*, como visto antes.

Eventos como a Capital Europeia da Cultura, para além dos impactos que a prazo possam vir a gerar em vários setores de atividade e na reconfiguração da economia, através de novas condições infraestruturais e imateriais, envolvem um volume significativo de meios cujos efeitos no curto prazo poderão ser significativos não só ao nível local, mas também a nível macro, através estímulo da procura interna da economia.

A avaliação destes eventos pode ser encarada de diferentes pontos de vista, em função dos horizontes temporais em que se manifestam os impactos, das variáveis afectadas, das metodologias empregues e, inclusivamente, dos impactos que, em cascata, possam gerar noutros setores, para além do setor cultural e criativo ou do setor do turismo (Universidade do Minho 2013, 70).

A implementação de um *hostel* como oferta turística no centro histórico da cidade de Guimarães, surge assim como uma resposta a uma maior demanda que se antecipa para a cidade, sendo um equipamento que procura

responder a um tipo de público que ruma à cidade para um turismo específico, o Turismo Cultural.



Figura 28 – Encerramento de Guimarães 2012 (Mercado Azul 2012)

Foi demonstrado no decorrer deste capítulo toda a importância que o Turismo tem a nível cultural e económico. Que existem outros tipos de estabelecimentos que albergam os turistas, e que é uma alternativa mais económica para o turista, fomentando a sociabilização entre os hóspedes.

A troca de experiências também é uma forma de promover o estabelecimento e local.

Queremos com isto, demonstrar que a utilização de Hostels é uma grande aposta turística, aliando-a à reabilitação da urbe.

CAPÍTULO 3 – Hostel enquanto Pólo de Dinamização Turística, CASO DE ESTUDO

3.1 – Localização



Figura 29 - Mapa do Concelho de Guimarães (adaptado pelo autor)

Guimarães situa-se na região norte do país, sendo sede de um dos concelhos do Distrito de Braga, e integrando a sub-região do Ave. O concelho possui uma área total de 241,05 km² com uma população de 158 124 pessoas,

segundo os Censos de 2011 (INE). Com um total de 69 freguesias, das quais nove possuem estatuto de vila e dezanove integram a própria cidade de Guimarães, facilmente se percebe que à elevada densidade populacional – 656 hab/km² – se associa um desenvolvimento urbano acima da média nacional, o que se explica pelo elevado grau de industrialização da região. Segundo os dados dos últimos censos e não aplicando a fusão de freguesias prevista, a população do concelho distribui-se pelas respetivas freguesias da forma que se pode observar no quadro seguinte:

As freguesias de Aldão, Azurém, Costa, Creixomil, Fermentões, Gondar, Mascotelos, Mesão Frio, Oliveira do Castelo, Pencilo, Polvoreira, Santiago de Candoso, São Cristóvão de Selho, São Lourenço de Selho, São Martinho de Candoso, São Paio, São Sebastião, Silvaes e Urgezes estão dentro do perímetro urbano, o que significa que a cidade de Guimarães possui um total de 66 912 habitantes.

O concelho faz fronteira com os concelhos de Póvoa de Lanhoso (a norte), Fafe (a leste), Felgueiras, Vizela e Santo Tirso (todos a sul), Vila Nova de Famalicão (a oeste) e a noroeste por Braga. Implementado numa zona onde predomina, quase totalmente, o granito, o concelho é delimitado a norte pela Senhora do Monte, a noroeste pelos montes da Falperra e Sameiro, Outeiro e Penedice e a sul pelo monte da Penha. O monte da Penha possui uma posição dominante sobre a cidade, com a elevação de 613 metros, e apresenta-se como o ponto mais elevado do concelho. A região é parte integrante da bacia hidrográfica do rio Ave, dividindo a meio o concelho de nordeste para sudoeste, tendo como tributários o rio Vizela, rio Torto, rio Febras, e dentro da cidade, o rio Selho, rio de Couros e a ribeira de Santa Luzia.

A presença de diversos rios na cidade contribui para que esta desenvolvesse uma forte indústria de curtumes, com importante significado até pouco tempo atrás. No final do século XVIII dá-se em Guimarães um incremento da indústria dos têxteis, da cutelaria e dos curtumes; são construídos importantes conjuntos em torno da ribeira de Couros (E. FERNANDES 2011, 25). A forte irrigação do resto do concelho também contribuiu para a implementação da indústria têxtil em todo o concelho.

3.2 – Diversidade Patrimonial

Numa cidade milenar tão incrustada na história como é o caso de Guimarães, é difícil enumerar todo o seu património e porventura exaustivo para o trabalho em questão. Ficam aqui alguns exemplos do vasto património da urbe, desde logo excluindo o concelhio:

➤ **Paço dos Duques de Bragança** - Casa senhorial do século XV, mandada edificar por D. Afonso - futuro Duque de Bragança, filho bastardo do Rei D. João I - a qual lhe serviu de residência e à sua segunda mulher. Ainda hoje residência oficial da Presidência da República.

➤ **Castelo** - Os constantes ataques por parte dos mouros e normandos, à pequena urbe de Guimarães, levam à necessidade de construir uma fortaleza para guarda e defesa dos monges e da comunidade cristã que viviam em seu redor. Surge assim o primitivo Castelo de Guimarães. No século XII, com a formação do Condado Portucalense, vêm viver para Guimarães o Conde D. Henrique e D. Teresa, que mandam realizar grandes obras no Castelo, de forma a ampliá-lo e torná-lo mais forte. Segundo a tradição, teria sido no interior do Castelo que os condes fixaram residência e provavelmente aí teria nascido D. Afonso Henriques. Entre os séculos XIII e XV vários reis irão contribuir com obras de melhoramento e restauro do Castelo. Ligado a façanhas heróicas do período da fundação da nacionalidade como a Batalha de S. Mamede em 1128, razão porque é conhecido por Castelo da Fundação ou de S. Mamede

➤ **Convento de Santo António dos Capuchos** - Um dos muitos conventos vimaranenses, pertence hoje à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães Situado em plena Colina Sagrada, ocupa espaço do edifício construído como convento no séc. XVII, e comprado pela Misericórdia em 1842 para aí instalar o seu Hospital.

➤ **Praça de Santiago** - Praça bastante antiga, referida ao longo do tempo em vários documentos, conserva ainda a traça medieval.

➤ **Capela de S. Miguel** - Construção do início do século XII, provavelmente pelo Conde D. Henrique, de estilo românico, de pequenas dimensões e de grande simplicidade arquitetónica. Tem um grande simbolismo pela sua ligação histórica ao período da fundação da nacionalidade e à tradição de ter sido aí batizado D. Afonso Henriques. No seu interior, o pavimento

está lajeado com sepulturas que se atribuem a nobres guerreiros ligados à fundação da nacionalidade.

➤ **Igreja de Nossa Senhora da Oliveira** - As origens da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira remontam ao mosteiro dedicado ao Salvador do Mundo, à Virgem de Santa Maria e aos Santos Apóstolos, fundado pela condessa Mumadona Dias, cerca de 950. A invocação de Nossa Senhora da Oliveira prevalece após 1342, com o reverdecimento de uma oliveira na praça fronteira, de onde se origina o topónimo "Praça da Oliveira". A edificação atual evidencia as sucessivas remodelações e acrescentos, integrando elementos de diversas épocas - a reconstrução gótica impulsionada por D. João I; a torre da igreja de características manuelina, concluída cerca de 1513-1515; a capela-mor, de arquitetura clássica, reedificada no séc. XVII por D. Pedro II; os estuques das capelas maior e colaterais são referências da reforma neoclássica iniciada em 1830; a última intervenção data do séc. XX e pretendeu deixar à vista o granito das paredes e as colunas de origem medieval.

➤ **Igreja S. Francisco** - Convento e igreja cujo início de construção data de 1400, com a autorização de D. João I. A igreja sofreu várias alterações entre o séc. XV e XVIII.

➤ **Antigos Paços do Concelho** - Construção iniciada no tempo de D. João I, em fins do séc. XIV.

➤ **Museu de Alberto Sampaio** - O Museu de Alberto Sampaio foi criado em 1928 para albergar as coleções da extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e de outras igrejas e conventos da região de Guimarães, então na posse do Estado. Situa-se em pleno Centro Histórico, no exato local onde, no século X, a condessa Mumadona instalou um mosteiro, à volta do qual foi surgindo o burgo vimaranense. Os espaços que ocupa pertenciam à Colegiada, e têm valor histórico e artístico: o claustro e as salas medievais que o envolvem, a antiga Casa do Priorado e a Casa do Cabido.

➤ **Padrão do Salado** - Alpendre gótico erguido no reinado de D. Afonso IV, para comemorar a Batalha do Salado, travada em 1340. O cruzeiro executado em 1342, foi oferecido por Pero Esteves, negociante vimaranense residente em Lisboa.

➤ **Convento de Santa Clara** – Foi um dos mais ricos conventos de Guimarães, instituído no séc. XVI pelo Cónego Mestre Escola da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Baltasar de Andrade. Edifício de fachada barroca, tem ao centro a escultura de Santa Clara. O claustro de dois pisos é de tipo clássico. Neste edifício está instalada a Câmara Municipal de Guimarães.

➤ **Palácio e Centro Cultural Vila Flor** – Construído em meados do século XVII, por ordem da família dos Carvalhos, é decorado com as estátuas em granito dos primeiros reis de Portugal. A sua fachada está voltada para um jardim em três patamares, decorado com uma fonte da época barroca. Durante anos, ocupado pelo Pólo vimezanense da Universidade do Minho, foi restaurado em 2005 e construído um Centro Cultural com o mesmo nome.

➤ **Igreja de S. Domingos** – As origens da igreja de S. Domingos remontam à construção do primeiro mosteiro dominicano em Guimarães, erigido entre 1271 e 1278.

➤ **Igreja de Nossa Senhora do Carmo** – A construção da igreja e do Convento do Carmo iniciou-se em 1685, sendo do estilo barroco. Com a extinção oficial das ordens religiosas, a Igreja e o Convento passaram para a posse do Estado, com utilização para fins militares. A partir de 1862, o edifício passou a acolher o atual Lar de Santa Estefânia.

➤ **Museu Arqueológico Martins Sarmiento** - A Sociedade Martins Sarmiento é uma Instituição Cultural fundada em 1881. Ao seu valioso e diversificado património pertence o Museu Arqueológico "Martins Sarmiento", principal referência da cultura castreja em Portugal e um dos mais importantes museus de todo o espaço europeu onde se manifestou aquela cultura.

A tudo isto muito existe ainda para acrescentar ao património vimezanense, muito dele constituído pelo conjunto de ruas e casario que as compõe, por vezes parecendo que a urbe cristalizou no tempo. Este é o maior valor patrimonial da cidade berço.

3.3 – Análise SWOT

Preservar a memória é importante, mas também é importante, para que a memória se preserve, que a intervenção seja contextualizada no tempo e no

espaço. De nada serve uma intervenção sem significado. Como refere o artigo 5º da Carta de Veneza “A conservação dos Monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade.”

O edificado que vai ser reabilitado, situa-se no centro histórico de Guimarães, pelo que pode exercer funções no âmbito dos serviços associados ao turismo. Nessa perspetiva ensaiou-se uma análise SWOT, em que se considerou o espaço em causa, identificando-se “pontos fortes” e “pontos fracos”, numa perspetiva de ambiente interno, bem como “Oportunidades” e “Ameaças”, numa perspetiva de ambiente externo. Elencaram-se, assim, as seguintes características:

Pontos Fortes:

- Vasto e rico Património Histórico – Cultural e arqueológico;
- Ligação de Guimarães à história de Portugal: “cidade-berço”
- Centro histórico classificado como Património Mundial pela UNESCO
- Existência de infra-estruturas culturais, desportivas e de congressos com interesse turístico
 - Estádio do Vitória de Guimarães, Multiusos de Guimarães, Centro Cultural de Vila Flor, Teleférico da Penha, entre outros equipamentos
 - Existência de diversificado património cultural e natural em todo o concelho: Citânia de Briteiros, Monte da Penha, solares, igrejas, etc.
- Boas acessibilidades Norte/Sul; ligação às Auto-Estradas A7 e A1;
- Proximidade com aeroporto Francisco Sá Carneiro;

Pontos Fracos:

- Déficit de imagem e de notoriedade nos mercados internacionais;
- Algumas fragilidades ao nível das acessibilidades intra-regionais, da sinalização turística e do ordenamento paisagístico;
- Fragilidades ao nível da animação turística e da promoção de eventos;
- Atividade de incoming/recetiva ainda pouco desenvolvida;

- Os horários de equipamentos e recursos turísticos são pouco flexíveis;
- Fraca capacidade de fixação dos turistas na cidade;
- Fluxos de visitação circunscritos ao percurso Paço dos Duques + Castelo + Centro histórico;
- Pouca utilização turística de recursos com relevante interesse - Museu Alberto Sampaio, Museu Arqueológico Sociedade Martins Sarmento, Teleférico, Monte da Penha, Citânia de Briteiros, entre outros;
- Sazonalidade.

Oportunidades:

- Prevê-se um crescimento sustentado para a indústria turística nos próximos 20 anos;
- Emergência de novos padrões de consumo e motivações, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade;
- Acréscimo de competitividade do negócio turístico na região;
- Rotas e circuitos turísticos;
- Possibilidade de maior articulação dos investimentos turísticos públicos/ privados;
- Aeroporto Francisco Sá Carneiro em expansão e surgimento de novas companhias aéreas;
- Aproveitamento da visibilidade de Guimarães enquanto palco de eventos (Capital da Cultura 2012, diversos congressos, eventos desportivos, etc.);
- Efeito positivo nos fluxos turísticos nas cidades "Património Mundial", nomeadamente Guimarães;
- Aumento dos fluxos turísticos resultantes das operações "Low-Cost";
- Dinamização de novos produtos (ex. Congressos);

Ameaças:

- Dificuldade de afirmação e desenvolvimento de Portugal, enquanto mercado europeu;
- Perda de competitividade relativamente a destinos/regiões concorrenciais;
- Crise do sector industrial do Vale do Ave - aumento do desemprego, agravamento das condições socioeconómicas das populações;
- Forte concorrência da capacidade hoteleira do Porto e Braga;
- Declínio do comércio tradicional da Cidade de Berço.

3.4 - Planeamento e Ações de Intervenção

O local escolhido, para intervenção, situa-se no centro histórico de Guimarães, perto do Largo da Misericórdia, nas imediações do Tribunal da Relação e a escassas dezenas de metros da Praça de Santiago. Tratando-se esta, de uma zona classificada pela UNESCO, faz todo sentido observar, à partida, a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, ratificada em 1987 pela Assembleia Geral do ICOMOS. Tendo em atenção este documento, ressaltam-se alguns pontos a considerar na abordagem deste projeto:

- A salvaguarda de bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente [...] e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis;
- Os valores a preservar são o carácter histórico [...]e o conjunto de elementos materiais [...]que exprimem a sua imagem, em particular:
 - ✓ A forma urbana, definida pela trama e suas parcelas;
 - ✓ As relações entre os diferentes espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços plantados;
 - ✓ A forma e o especto dos edifícios (interior e exterior), tais como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

- As intervenções [...] devem ser conduzidas com prudência, método e rigor, evitando todo o dogmatismo, mas tendo em conta problemas específicos, em cada caso particular;
- A planificação [...] deve ser precedida de estudos pluridisciplinares;
- O estado dos locais será rigorosamente documentado antes de qualquer intervenção;
- Plano deverá beneficiar da adesão dos habitantes;
- As funções novas e as redes de infra-estruturas exigidas pela vida contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas;
- O melhoramento do "habitat" deve constituir um dos objetivos fundamentais da salvaguarda;
- No caso de ser necessário efetuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acrescentamento deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspetos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e o valor de conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento;

O edifício escolhido, está inserido na Vila Antiga de Guimarães, dentro das muralhas. A sua localização cativou e motivou para a proposta, face ao desafio que se antevia.

A estrutura, bastante degradada, situa-se na Rua das Valdomas em pleno coração da cidade, a sua proximidade a edifícios de grande importância para a urbe, fazem com que fique situado numa zona de referência e adquira particular importância na perspectiva da exploração hoteleira.

Este edifício tem características muito próprias, assim como uma grande parte dos edifícios construídos nessa zona, devido aos materiais empregues e pela técnica de construção que usam. Utilizou-se a Pedra, como habitual, no piso de rés-do-chão e nos outros pisos utilizam uma técnica bastante antiga, a construção em Taipa.

Na área em que se encontra, destaca-se de todos os outros, não pela forma de construção, mas pelo exterior do edifício, que, fruto de uma



Figura 31 - edifício na Rua de Valdonas e envolvente (Própria, 2013)

3.5 – Fundamentação Da Criação

O projeto está inserido no contexto urbano e histórico de Guimarães, em pleno coração do centro histórico, mais propriamente no largo Dr. João Mota Prego. A intervenção é concretizada num edifício de pequena/média dimensão com características de moradia. Embora inserido num espaço recuperado, apresenta traços de clara degradação como se estivesse sido esquecido no tempo. O seu estado contrasta claramente com a sua envolvente pelo que não só se necessita de uma intervenção que o recupere, mas também que o integre na referida envolvente.



Figura 32 – Localização do edifício e pontos de referência (adaptada pelo autor)



Figura 33 – Vista aérea do edifício (adaptada pelo autor, a partir do google maps)

A primeira abordagem ao edifício foi no sentido de dar nova vida ao mesmo, numa perspetiva do exterior, sendo a fachada em chapa zincada a principal preocupação a revitalizar, alterando-se a estética do edifício existente, ao substituir essa mesma chapa de zinco, por uma galvanizada, com um perfil mais moderno e contemporâneo. A nova chapa é prolongada para a cobertura, visto esta revelar já ter uma intervenção anterior nesse sentido. Os novos materiais, embora mais modernos, acabam por introduzir uma componente conservadora na fachada e integram-se mais facilmente na envolvente que o anterior material degradado. Ao não intervir de forma mais

ousada, por exemplo a nível da cobertura, respeita-se a organização espacial existente e a escala. Numa fase posterior, limpa-se a pedra da zona térrea e introduz-se uma caixilharia, revestida a madeira, nas janelas e portas, optando por uma solução de vidro duplo.



Figura 34 – Aspeto do revestimento exterior (Própria, 2013)

O interior da habitação, em paredes de taipa também se revelou em muito mau estado, sendo necessária a sua remoção, proporcionando um ambiente mais moderno em que apenas se conserva a posição do vão de escadas e uma parede em taipa no piso 1., servindo de ligação entre o edifício atual e o passado, ao mesmo tempo que ajuda a criar um ambiente onde o antigo se mistura com o novo. Ao longo de toda a intervenção no interior respeita-se a organização espacial existente. Como indicado, os elementos contemporâneos introduzidos contribuem para o enriquecimento do edificado.

No piso térreo remodelou-se a cozinha, aproveitando o espaço ao lado para sala de refeições e convívio. Esta sala poderá estar aberta em

permanência, servindo-se refeições ligeiras ou ser usada como zona de espera pelos turistas ou de convívio.

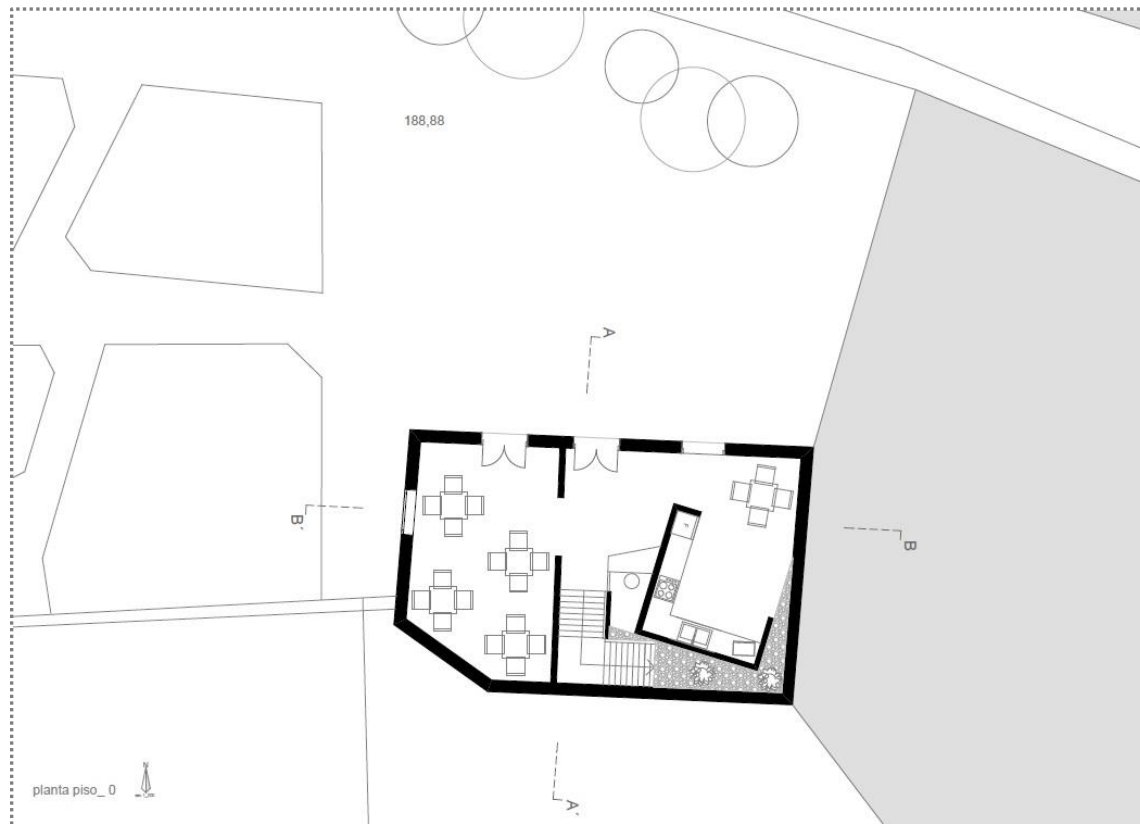


Figura 35 – Planta do Piso 0 (Própria, 2013)

No primeiro piso, aproveitam-se as duas salas para zona de convívio e lazer, além de se introduzir uma casa de banho. De forma a demonstrar a versatilidade do espaço, propõe-se aqui uma pequena sala de musculação e exercício. A mesma sala poderá ser convertida em zona de dormida, equipando-a com beliches.

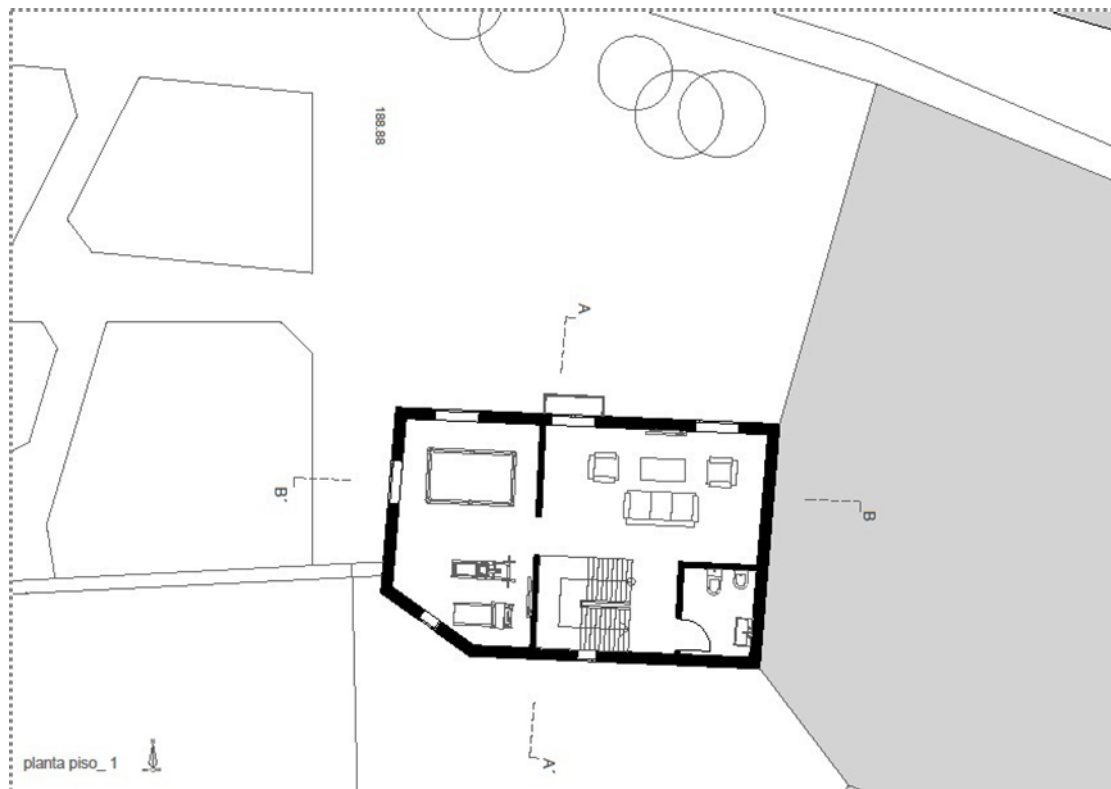


Figura 36 - Planta do Piso 1 (Própria, 2013)

No segundo piso, introduzem-se os quartos de dormir, em número de três, servidos por duas casas de banho. Novamente a proposta elaborada, segue um modelo ideal, cabendo ao proprietário a opção por uma maior ou menor rentabilidade do espaço, podendo equipar o mesmo com beliches e outros equipamentos que permitam rentabilizar o espaço. A proposta apresentada, regula-se pela qualidade da proposta em detrção da vantagem económica. Face a argumentos expostos anteriormente, na presente proposta, tem-se em conta a satisfação do turista, como forma de conseguir uma publicidade positiva e obter um maior retorno a médio prazo. A opção de beliches e aumentar no imediato o número de camas, pode a médio prazo não se revelar a melhor em termos de satisfação.

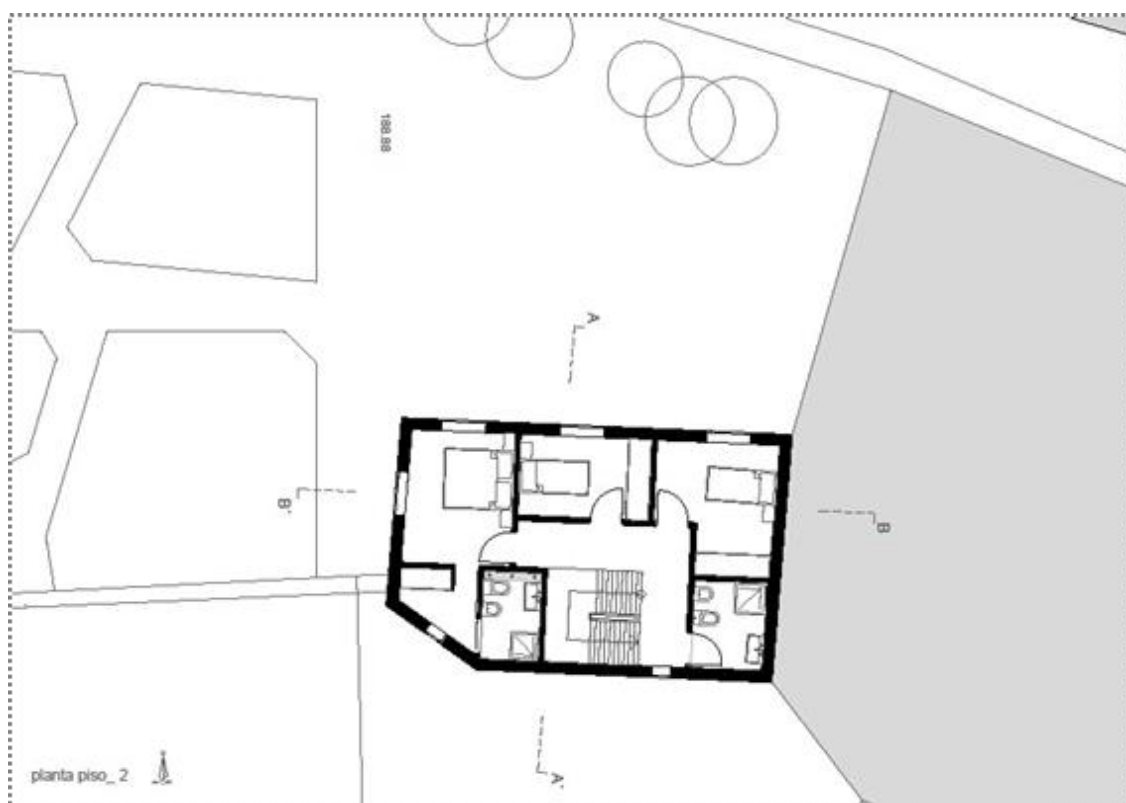


Figura 37 - Planta do Piso 2 (Própria, 2013)

Mantendo-se o vão das escadas, estas, porém, são substituídas por uma estrutura de degraus em aço, com o vão protegido por placas de vidro. Confere-se assim um grau de modernidade e contemporaneidade ao espaço, revitalizando este e tornando-o mais atrativo à atividade que se pretendem exercer.

A velha ruína transforma-se assim numa Hostel, inserida num centro histórico rejuvenescido. Com o passado projeta-se o futuro.

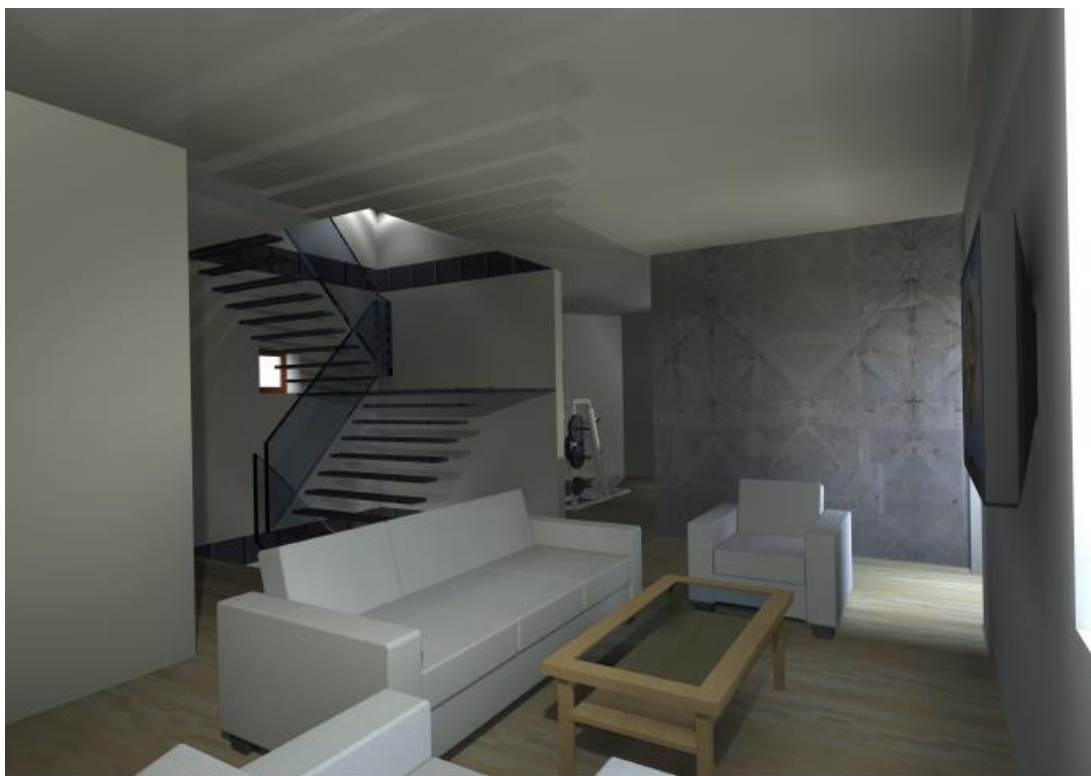


Figura 38 – Vista do Interior (Própria, 2013)



Figura 39 – Recriação 3D (Própria, 2013)

CONCLUSÃO

“Entretanto, enquanto o Município soube assumir a obrigação do exemplo, a continuidade dessas ações iria induzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de muitas formas do viver na área antiga da cidade, marcando-as com o sentido de Coletividade e o sentido de Humanidade que têm sido e só podem ser o fundamento de uma intervenção comumente assumida” (GESTA, Sentimentos Nativos 1998, 171).

Parecerá estranho iniciar uma conclusão por uma citação, e, em particular, tão alongada, mas neste texto residem algumas das premissas que percorrem a presente dissertação: Guimarães enquanto Município, Guimarães como ponto de intervenção.

Ao longo do presente documento investigou-se a reabilitação urbana, sua história e exemplos. Procurou-se o enquadramento legal para a reabilitação de edifícios e mostrou-se que autores referem que a reabilitação tem de estar associada a uma revitalização da urbe e criação de novos equipamentos que sejam pólo de dinamização local, estando mesmo referido no Decreto-Lei n.º 307/2009: “Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica”. Mostra-se também a necessidade de preservar a memória na reabilitação dos edifícios.

Numa segunda parte da dissertação, demonstra-se as potencialidades da cidade de Guimarães, a importância do *hostel* como dinamizador do turismo local e, como a Capital de Cultura em 2012 criou motivo para visitar a cidade e divulgou a mesma internacionalmente.

Demonstra-se assim que a reabilitação da estrutura aqui referida, não só se justifica como, a mesma deve ser feita com um objetivo de revitalizar o espaço urbano. Esse mesmo espaço, encontra-se num momento da sua história em que possui uma dimensão internacional e uma potencialidade turística em que a figura do *hostel*, não só se justifica, como serve plenamente as necessidades da oferta turística local.

O projeto aqui proposto atinge, assim, o objetivo de requalificar uma habitação unifamiliar e criar um propósito para a mesma requalificação, viabilizando esta e conferindo-lhe uma perspectiva económica atrativa que justifica o investimento realizado. Poderá questionar-se o porquê desta ou aquela opção, mas foram sempre tomadas as opções mais adequadas no momento, ou que assim pareceram. Apesar da aparente simplicidade do projeto, ele resulta minimalista porque o espaço em que se insere, a isso obriga, por condicionalismos já abordados. A dimensão do edificado também não justifica uma intervenção de maior vulto ou ousadia. Ficou, ainda, demonstrado que a presente proposta respeita o pré-existente, ao mesmo tempo que revaloriza um espaço e transporta para o presente, elementos da história porventura ocultados.

O término desta dissertação, despertou a vontade de começar de novo, reformular e mudar o rumo. Apesar de tudo, o espaço escolhido e a proposta sugerida, não seriam muito diferentes. No entanto talvez fosse motivador explorar a sustentabilidade do projeto, quiçá questionar a incorporação deste em outro de maiores dimensões, mais abrangente. Integrar o projeto na realidade de reabilitação vivida no momento seria outro caminho, a percorrer, tentando perceber a sua exequibilidade no atual contexto social e económico.

Num plano porventura mais sociológico, seria interessante estudar como um projeto de reabilitação pode efetivamente melhorar um local e sua população. Será a oferta de hotelaria uma necessidade real à cidade? Ou estaríamos apenas perante um ato sem sequência? Terá a proposta do arquiteto um impacto maior que a mera dimensão da obra física? Será este tipo de intervenção o que a sociedade necessita? Estas questões surgem naturalmente e provavelmente não será aqui que se obterá a resposta. Estudos mais abrangentes e de outros campos disciplinares, serão porventura necessários.

De qualquer forma, a proposta de intervenção aqui se encontra. Um espaço para ser vivo, necessita de ser vivido e transmutar-se, e aí está o papel do arquiteto, ao perceber o espaço e proporcionar a este uma solução que o mantenha vivo e impeça de definhar no tempo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

AGUIAR, José, Reis CABRITA, e João APPLETON. *Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC, 1998.

ALMEIDA, e FERNANDES. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

Ambiente, Ministério do. "Decreto-Lei n.º 307/2009." *Diário da República*, 2009: *Diário da República*, 1.ª série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2009.

ARÊDE, António, e Aníbal COSTA. "Inspeção e Diagnóstico Estrutural de Construções Históricas." In *A intervenção no património - Práticas de conservação e reabilitação*, de FEUP, 55-88. Porto: FEUP, 2002.

COSTA, Vasco. "Património e Desenvolvimento." In *A Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*, de FEUP, 3-26. Porto: FEUP, 2002.

CUNHA, Luís. *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

FERNANDES, Eduardo. *Guia de Arquitectura de Guimarães*. Lisboa: Argumentum, 2011.

GESTA, Alexandra. "Projecto de Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães." In *A Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*, de FEUP, 99-101. Porto: FEUP, 2002.

GESTA, Alexandra. "Sentimentos Nativos." In *O nosso passado terá que estar no nosso futuro*, de Gabriela de Barbosa TEIXEIRA e Margarida da Cunha BELÉM, 170-171. Porto: CRAT, 1998.

JORGE, Virgolino Ferreira. "Património e Identidade Nacional." *Revista Engenharia Civil*, #9, 2000.

LUSO, Eduarda. "Breve história da teoria da conservação e do restauro." *Revista Engenharia Civil • UM* #20, 2004.

ME. Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de agosto. Ministerial, Lisboa: Imprensa Nacional, 2014.

MEI. "Decreto-Lei n.º 39/2008." Diário da República, 1.ª série — N.º 48, 08 de 03 de 2008.

MEI. Plano Estratégico Nacional do Turismo. Ministerial, Lisboa: MEI, 2012.

MILHEIRO, Eva. "O turismo em Portugal: caracterização e perspectivas de desenvolvimento." Aprender, 12 de 2004: 97-104.

PCM. Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013. Ministerial, Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.

PEREIRA, Paulo. "(Re)trabalhar o Passado." In Portugal – Arquitetura do Século XX. 1997.

PINHEIRO, Nuno Santos. "O Nosso Património Construído." Revista Engenharia Civil, 2000.

PINHO, Ana Cláudia da Costa. Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 05 de 2009.

PINTO, Fernando. "O nosso passado terá que estar no nosso futuro." In *Diálogos de Edificação*, de Gabriela de Barbosa TEIXEIRA e Margarida da Cunha BELÉM, 144-149. Porto: CRAT, 1998.

PONTE. Paço dos Duques de Bragança. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.

RICHARDS, G. Cultural Tourism - Global and Local Perspectives. New York: Haworth Hospitality Press, 2007.

TAVARES, André. *Em Granito*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2010.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, e Margarida da Cunha BELÉM. "Introdução." In *O nosso passado terá que estar no nosso futuro*, de Gabriela de Barbosa TEIXEIRA e Margarida da Cunha BELÉM, 12-17. Porto: PRAT, 1998.

Tourism Research and Marketing. New Horizons III - Youth Travel
Accommodation Usage Report. STAY WYSE, 2013.

Turismo de Portugal. Relatório de Sustentabilidade - 2011. Lisboa: Turismo de
Portugal, 2011.

Universidade do Minho. Guimarães 2012 - Impactos Económicos e Sociais -
Relatório Final. Report, Guimarães: Learn Thrive Achiev, 2013.

Fontes Digitais

AGUIAR, José. "ICOMOS." 2007.

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/jacoimbra2007.pdf> (acedido
em 29 de 06 de 2015).

CUNHA, Maria Luísa Oliveira e. "A INTERVENÇÃO NA CIDADE EXISTENTE."

Janeiro de 1999. http://www.ipv.pt/millenium/pers13_6.htm (acedido em 2 de
Julho de 2015).

IGESPAR. igespar. s.d.

[http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/
74943/](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74943/) (acedido em 30 de 04 de 2013).

IGESPAR. "patrimoniocultural.pt." IGESPAR. 2012.

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf> (acedido em 21
de 12 de 2013).

Fontes de imagens

AOPEDARAIA. aopedaraia.blogspot.pt. 02 de 2012. [http://1.bp.blogspot.com/-
cJ61AxXIdul/TywQLGWMICI/AAAAAAAAAFW4/KysZfoazNnY/s1600/20091218223529_Logo
+Gumares+CEC+2012.png.jpg](http://1.bp.blogspot.com/-cJ61AxXIdul/TywQLGWMICI/AAAAAAAAAFW4/KysZfoazNnY/s1600/20091218223529_Logo+Gumares+CEC+2012.png.jpg) (acedido em 04 de 11 de 2014).

GUIDESTAR. guidestar.org. 2014. [http://www.guidestar.org/organizations/13-
5639689/american-youth-hostels.aspx](http://www.guidestar.org/organizations/13-5639689/american-youth-hostels.aspx) (acedido em 03 de 11 de 2014).

ISHIZAKA, Glória. <http://www.google.pt>. 06 de 03 de 2011.

[http://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&docid=
=c10RLZt3MtPK1M&tbid=1_SsLkRcQvI8fM:&ved=0CAUQjRw&url=http%3A%2F%2Fgloriais](http://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&docid=c10RLZt3MtPK1M&tbid=1_SsLkRcQvI8fM:&ved=0CAUQjRw&url=http%3A%2F%2Fgloriais)

hizaka.blogspot.com%2F2011%2F03%2Fportugal-alcobaca-parte-2-o-mosteiro.html&ei=Zd5SUp6lFO2S0AXHz4DACw& (acedido em 07 de 10 de 2013).

Le GOFF, Jaques, e Pierre Nora. História: novas abordagens. Tradução Henrique Mesquita 4ª edição. Rio de Janeiro, 1995.

MARQUES, Frederico. <http://www.google.pt>. 21 de 03 de 2011.

<http://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&docid=xM08I9NZTi9kmM&tbnid=pmCahkmXFNJgoM:&ved=0CAMQjhw&url=http%3A%2F%2Fusers.med.up.pt%2Fvitorper%2Fsiza.htm&ei=NeRTUqHNMeKR0AWD7oHYDQ&bvm=bv.53537100,d.ZG4&psig=AFQjCNH5zSOFHMB-rmftH4bkxjH> (acedido em 08 de 10 de 2013).

PERALTA, Jordi. <http://www.google.pt>. 09 de 10 de 2005.

http://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&docid=3Cdj8mP-3pgDsM&tbnid=earLDRDcIEeDPM:&ved=0CAMQjhw&url=http%3A%2F%2Fwww.panoramio.com%2Fphoto%2F1352343&ei=XfBSUuXHMco70QWMq4G4Cw&bvm=bv.53537100,d.ZGU&psig=AFQjCNGpAT_BgZ3VhBs9SML84dp_m (acedido em 07 de 11 de 2013).

PÚBLICO. publico.pt. 2012. <http://static.publico.pt/HomePage/cultura/guimaraes/l2.jpg> (acedido em 02 de 11 de 2014).

PUBLITURIS. "publituris.pt." 31 de 10 de 2014. http://www.publituris.pt/wp-content/uploads/2012/03/TurismodePortugal_GR1.jpg (acedido em 05 de 11 de 2014).

Turismo de Portugal. Relatório de Sustentabilidade - 2011. Lisboa: Turismo de Portugal, 2011.

WILSON, Vohn. <http://www.google.pt>. 15 de 02 de 1963.

<http://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&docid=ID9KAm2x7YvrBM&tbnid=bA4qsLTWK5DY-M:&ved=0CAEQjxw&url=http%3A%2F%2Fwilsonarch329.blogspot.com%2F2013%2F01%2Fmethods-developed-and-employed-by.html&ei=Ei4UbarOMeV0AWm94Ag&bvm=bv.4781030> (acedido em 10 de 04 de 2013)

ANEXOS